



Situação Social nos Estados

Pará



Situação Social nos Estados

Pará

ipea
Brasília, 2012

Governo Federal

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**
Ministro Wellington Moreira Franco

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Geová Parente Farias

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, Substituto

Marcos Antonio Macedo Cintra

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Vanessa Petrelli Corrêa

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Francisco de Assis Costa

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

SITUAÇÃO SOCIAL NOS ESTADOS

Coordenação

Jorge Abrahão de Castro
Herton Ellery Araújo
Ana Luiza Machado de Codes

Apoio técnico

Cristiane Ala Diniz
Janaína Carvalho dos Santos
Lana Torres Barreto
Thaysa Guimarães Souza

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
INDICADORES SOCIAIS NOS ESTADOS BRASILEIROS: O CASO DO PARÁ.....	7
DEMOGRAFIA	9
PREVIDÊNCIA.....	11
RENDIA, POBREZA E DESIGUALDADE.....	14
SAÚDE.....	19
SEGURIDADE	20
TRABALHO E RENDA DO TRABALHO	22
EDUCAÇÃO.....	25
SANEAMENTO E HABITAÇÃO	28
CULTURA.....	31
OUTRAS PERSPECTIVAS	34
ANEXOS	35
ANEXO 1	35
ANEXO 2.....	48

APRESENTAÇÃO

A iniciativa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea de publicar esta série – *Situação Social nos Estados* – busca suprir uma lacuna e complementar as tradicionais séries de análises desenvolvidas pela instituição na área social. Contribui-se, dessa forma, para o cumprimento da missão de produzir e disseminar conhecimento a fim de melhorar as políticas públicas tanto no aspecto nacional como também nas esferas mais descentralizadas do país.

Para tanto, esta publicação apresenta e analisa brevemente alguns temas sociais selecionados, utilizando um conjunto de dados e informações para entender a evolução e o quadro atual da situação social vivida pela sociedade brasileira, em cada um dos estados brasileiros e no Distrito Federal.

Os temas foram selecionados por área de interesse das políticas sociais: demografia, previdência social, pobreza e desigualdade, saúde, seguridade, trabalho e renda, educação, saneamento e habitação, cultura e desenvolvimento agrário.

Para dar conta do tipo de abordagem proposta, a fonte de informação mais completa, em termos de abrangência territorial e periodicidade, é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE). Entretanto, quando a PNAD não foi suficiente, utilizaram-se também outras fontes de dados. Além disso, restringiu-se o período de análise a 2001-2009.

O presente documento trata do estado do Pará como parte específica da série. Para cada estado, é possível comparar a situação no estado à média da região a que pertence e à média nacional. Por outro lado, há também a possibilidade de análise intraestadual, na qual o indicador médio do estado é confrontado com suas situações urbana e rural.

As diferentes seções apresentadas servem ao propósito de conferir tratamento múltiplo aos temas. Primeiro, apresenta-se análise dos principais indicadores selecionados para cada tema proposto. Em seguida, o anexo 1 oferece uma série de 34 indicadores para que o leitor faça suas próprias análises. Por último, o anexo 2 apresenta glossário de indicadores e suas respectivas metodologias de construção.

Os Editores

INDICADORES SOCIAIS NOS ESTADOS BRASILEIROS: O CASO DO PARÁ

Dois eventos, que marcaram o fim dos anos 1980 e o começo dos anos 1990 no Brasil, possibilitaram uma mudança no quadro socioeconômico do país nas últimas duas décadas: a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, que definiu novos marcos para a abrangência das políticas sociais; e a estabilização monetária obtida com o Plano Real em 1994, que permitiu ao país voltar a planejar políticas públicas com um horizonte mais controlável do ponto de vista econômico.

A primeira década dos anos 2000 já reflete os impactos decorrentes daqueles eventos. O objetivo desta série de publicações é mostrar, por meio de alguns indicadores selecionados, as mudanças sociais que são fruto do desempenho econômico do Brasil e também das escolhas políticas feitas nesse período.

Os indicadores foram selecionados por área de atuação das políticas sociais: demografia, previdência social, pobreza e desigualdade, saúde, seguridade, trabalho e renda, educação, saneamento e habitação, cultura e desenvolvimento agrário.

Para abordar essas áreas, a fonte de informação mais completa, em termos de abrangência territorial e periodicidade, é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE).¹ Entretanto, a PNAD não foi suficiente para tudo, sendo então utilizados os dados da Rede Interagencial de Informações para a Saúde do Ministério da Saúde (Ripsa/MS). Além disso, para simplificar, apresentam-se as fontes de dados de cada indicador no anexo 2.

Este volume sobre o Pará integra uma série de publicações, organizada por estado. Em cada uma delas, o leitor pode comparar a situação do estado à média da região a que pertence e à média nacional. Por outro lado, há também a possibilidade de uma análise intraestadual, na qual o indicador médio do estado é confrontado com suas situações urbana e rural.

1. Existe uma variabilidade inerente, de ano para ano, aos indicadores advindos da PNAD, por se tratar de uma pesquisa amostral. Mostraremos os indicadores calculados a partir dos microdados de cada ano. Contudo, depreenderemos dali as tendências gerais ao longo do período.

O quadro-síntese a seguir apresenta alguns indicadores, que serviram de base para uma abordagem inicial. Entretanto, o leitor pode fazer análise mais completa utilizando o anexo estatístico, que oferece gama maior de indicadores para cada área em questão.

QUADRO 1
Quadro-síntese da situação social – Brasil, Norte e Pará

Áreas de atuação política	Indicadores	Resultados/valores mais recentes		
		Brasil	Norte	Pará
Demografia	Taxa de fecundidade total	1,90	2,33	2,27
	Razão de dependência de idosos (60 ou mais)	15,33	10,91	11,21
Previdência social	Cobertura da população idosa (60 ou mais)	77,37	68,94	71,89
	Esperança de vida aos 60 anos ¹	21,30	20,50	20,60
Pobreza e desigualdade	Extrema pobreza	5,16	6,55	7,25
	Renda domiciliar <i>per capita</i>	631,71	439,30	385,79
	Índice de Gini	54,01	52,26	51,09
Saúde	Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) ²	20,00	22,10	23,10
	Taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos) ³	94,30	89,60	107,10
Seguridade	Percentual da renda com transferências	20,74	14,92	16,89
Trabalho e renda	Desemprego	8,16	8,50	8,40
	Rendimento médio do trabalho (salário)	1.116,39	931,04	820,43
Educação	Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais)	9,70	10,56	12,24
	Número médio de anos de estudos (15 anos ou mais)	7,55	7,12	6,70
Saneamento e habitação	Abastecimento adequado de água	87,72	62,05	52,00
	Acesso à energia elétrica	98,82	95,96	95,06
Cultura	Telefone celular no domicílio	81,05	73,89	73,09
	Internet no domicílio	28,14	13,00	10,12
Desenvolvimento agrário	Cobertura da população idosa (rural)	86,49	75,61	78,57
	Extrema pobreza (rural)	12,64	10,46	9,93
	Renda domiciliar <i>per capita</i> (rural)	314,25	289,33	278,57
	Índice de Gini (rural)	49,02	47,57	46,27
	Rendimento médio do trabalho (salário) (rural)	625,45	674,51	667,53
	Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais) (rural)	22,77	18,66	20,30
	Acesso à energia elétrica (rural)	93,29	82,31	80,77
	Telefone celular no domicílio (rural)	54,49	42,58	46,66
	Internet no domicílio (rural)	4,25	2,18	2,17

Fontes: PNAD 2009/IBGE e Ripsa/MS.

Notas: ¹ Os valores da esperança de vida aos 60 anos apresentados representam 2008.

² Os valores da taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) apresentados representam 2007.

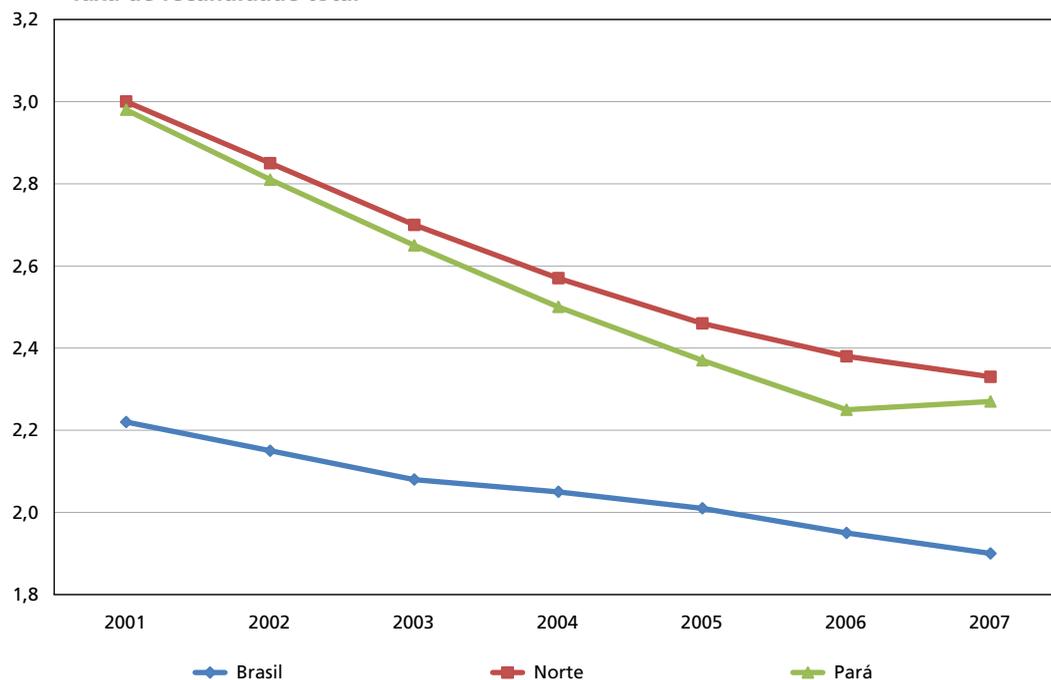
³ Os valores da taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos) apresentados representam 2007.

DEMOGRAFIA

Pará, estado pertencente à região Norte do Brasil, possui cerca de 7,5 milhões de habitantes, o que representa 3,9% da população brasileira e 48,1% da nortista. Cerca de 25% população paraense vive nas zonas rurais de seus municípios.² Esse percentual é maior do que o da região Norte (22,1%), que é superior à média nacional (15,6%).

A fecundidade no Pará é maior do que no Brasil e menor do que no Norte, encontrando-se em trajetória de queda, assim como as demais. O Brasil já apresenta uma taxa de fecundidade (1,90) abaixo da de reposição (2,10), o que significa que nossa população começará a decrescer daqui a cerca de 30 anos. Nos casos do Pará (2,27) e do Norte (2,33), no entanto, essas taxas ainda estão um pouco acima desse patamar.

GRÁFICO 1
Taxa de fecundidade total



2. As zonas rurais dos estados da região Norte, exceto Tocantins, passaram a ser incluídas na PNAD em 2004. Por isso, os indicadores aqui apresentados, baseados na PNAD, são analisados a partir desse ponto do tempo.

A razão de dependência de idosos, por sua vez, é maior no Pará (11,21) do que no Norte (10,91) como um todo e inferior à nacional (15,33). Tal resultado é esperado, frente a suas taxas de fecundidade: moderadas, relativamente ao contexto regional, e elevadas, tendo em perspectiva a média do país.

GRÁFICO 2
Razão de dependência demográfica – idosos

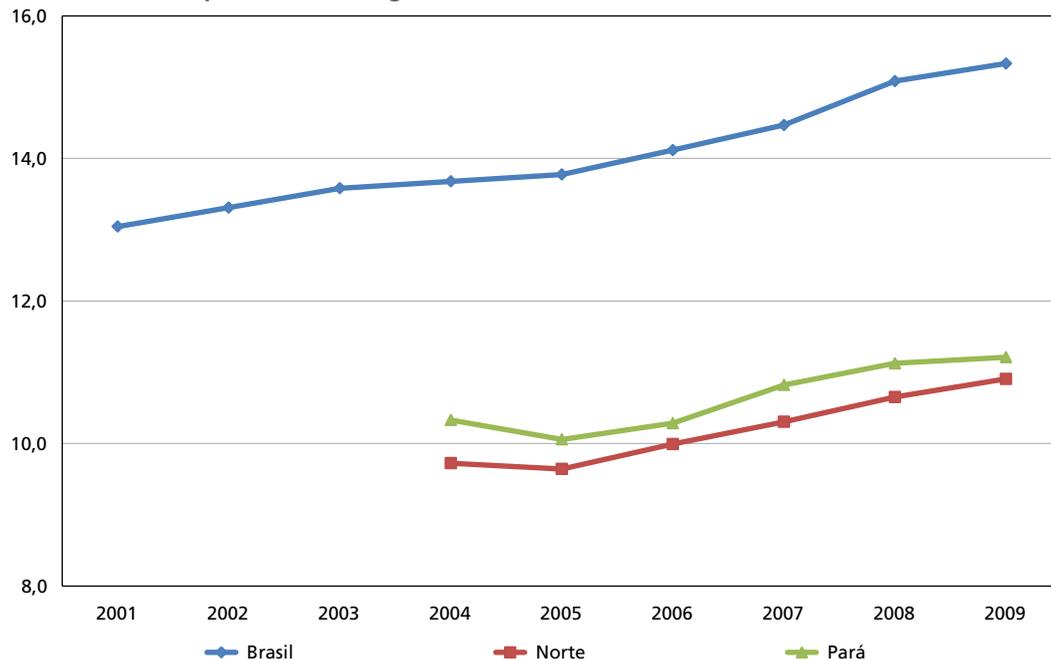
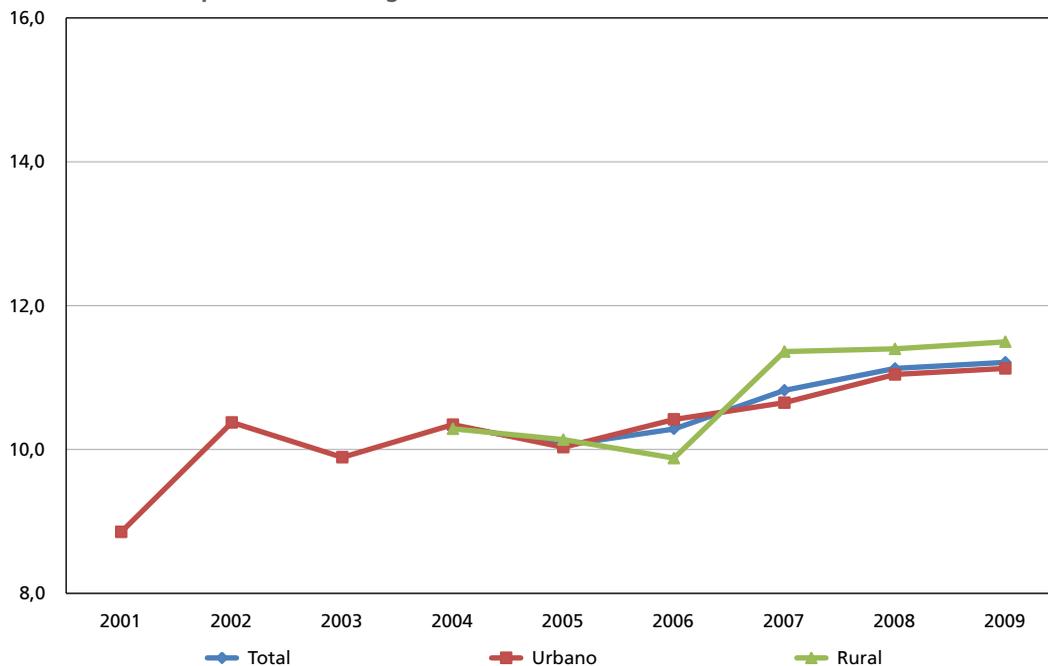


GRÁFICO 3
Razão de dependência demográfica – idosos – Pará

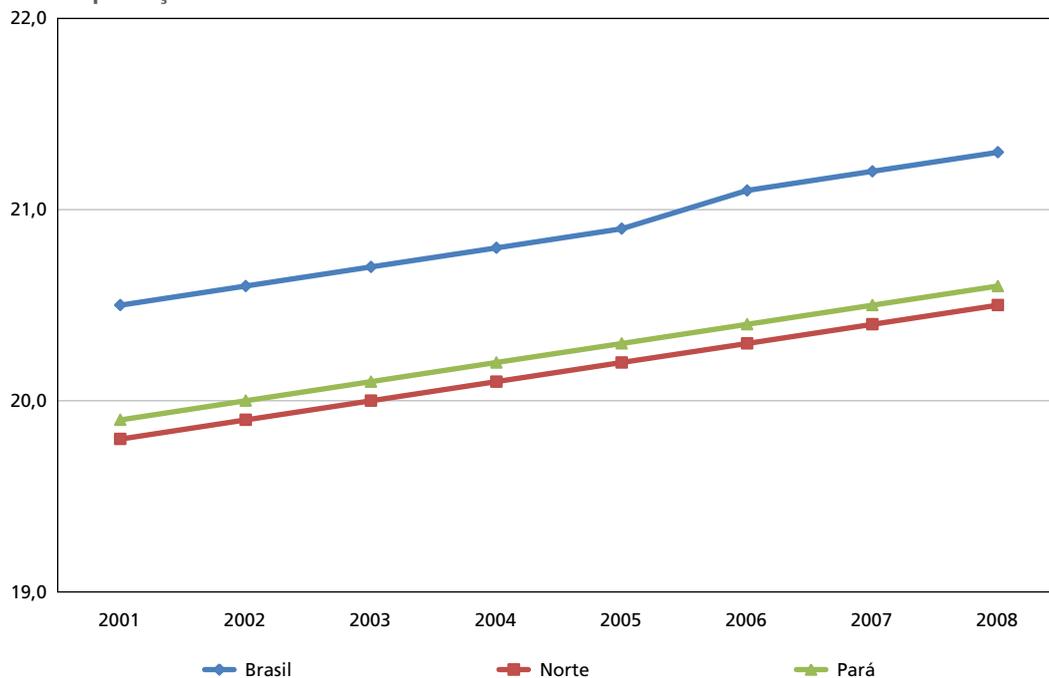


PREVIDÊNCIA

Os indicadores de previdência social fornecem uma sinalização de como a população idosa do Pará vive de maneira mais precária que os demais cidadãos brasileiros, sendo similar à situação dos nortistas em geral. A tomar pela esperança de vida aos 60 anos³ – trata-se de uma estimativa de quantos anos mais, uma pessoa de 60 anos de idade ainda vai viver –, tem-se que um paraense, em 2001, tinha a expectativa de viver mais 19,9 anos, quando completasse 60 anos de idade. Essa expectativa passou a ser de 20,6 anos, em 2008. Para um brasileiro, essa projeção era de 20,5 anos em 2001 e de 21,3 anos em 2008 e, para um nortista, de 19,8 e 20,5 anos.

3. Os valores da esperança de vida aos 60 anos representam 2001 a 2008. Ainda não foram calculados os valores para 2009.

GRÁFICO 4
Esperança de vida aos 60 anos de idade



Outro indicador utilizado na área da previdência social é a cobertura da população idosa (60 anos ou mais) em relação aos benefícios previdenciários e assistenciais.⁴ Esses índices sinalizam a condição de vulnerabilidade em que vive a população, ao mesmo tempo que evidenciam a abrangência da atuação do Estado na seguridade social. Em 2004, 77,4% da população idosa do Brasil eram cobertas pela previdência social. No Norte e no Pará, essas cifras eram de 75,8% e 76,7%, respectivamente. Em 2009, essa cobertura permaneceu no nível de 77,4% no país, sendo de 68,9% na região e de 71,9% no estado.

Com relação à população rural do Pará, o índice, que era de 79% em 2004, caiu para 78,6% em 2009.

4. Na PNAD, não é possível distinguir a aposentadoria do Benefício de Prestação Continuada do idoso.

GRÁFICO 5
Cobertura previdenciária da população idosa

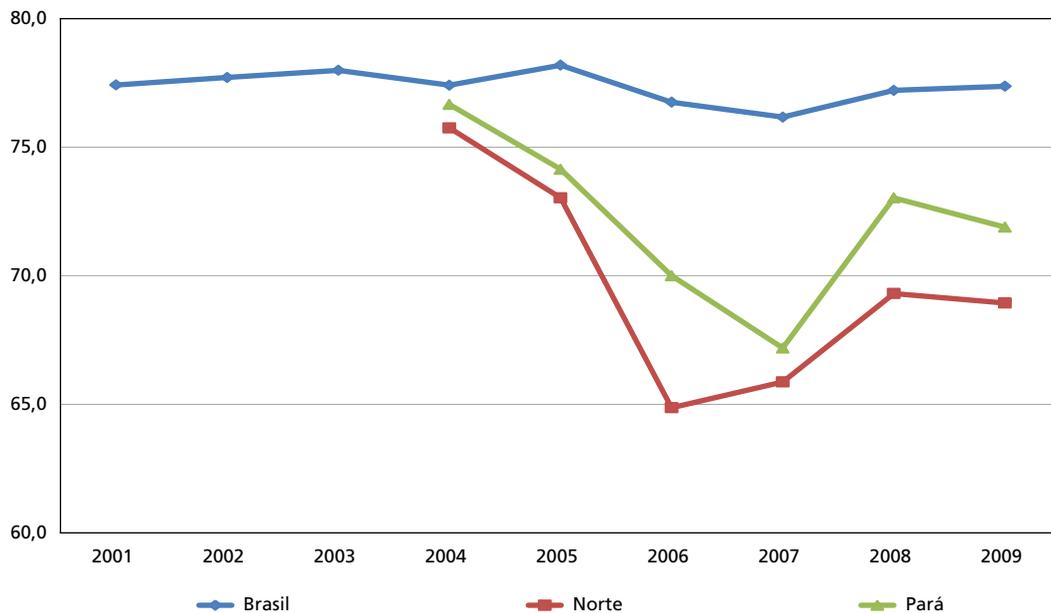
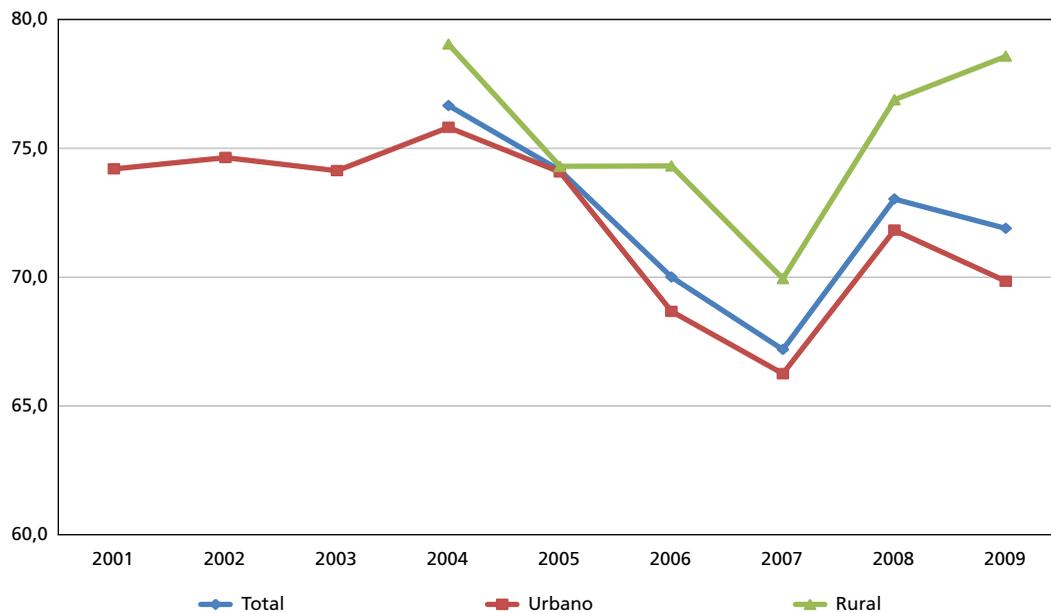


GRÁFICO 6
Cobertura previdenciária da população idosa – Pará



RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE

Para captar o poder aquisitivo da população, utilizamos o indicador da renda domiciliar *per capita*, pois ele contempla todas as fontes de renda que uma família pode possuir, dividido pela quantidade de componentes da família. Expressa, portanto, a parcela da renda que é efetivamente apropriada por cada membro da família para seus gastos.

O Brasil, que apresentava a renda domiciliar *per capita* de R\$ 493,0, em 2004, subiu para R\$ 631,7 em 2009, perfazendo aumento real de 28,1% no período. O indicador do Norte passou de R\$ 338,6 para R\$ 439,3 (aumento real de 29,7%). O estado do Pará mostra-se aquém da trajetória regional. Com um crescimento de 19,7%, o indicador que era de R\$ 322,2 em 2004, elevou-se para R\$ 385,8 em 2009.

No Pará, as desigualdades de renda média são evidentes. A discrepância entre as magnitudes desses indicadores rurais e urbanos chama atenção: em 2009, o valor era de R\$ 422,36 nas zonas urbanas e de R\$ 278,57 nas rurais. Por mais que se argumente que a economia das cidades é mais monetizada do que a rural, diferenciais tão acentuados de renda são, no mínimo, desafiadores para as políticas sociais. Em suma, apesar do melhor desempenho, em termos do crescimento de renda observado nos últimos anos, o Pará ainda apresenta patamares muito inferiores ao nacional, sendo que na zona rural a situação chega a ser mais precária.

GRÁFICO 7
Renda domiciliar *per capita* média
 (Em R\$)

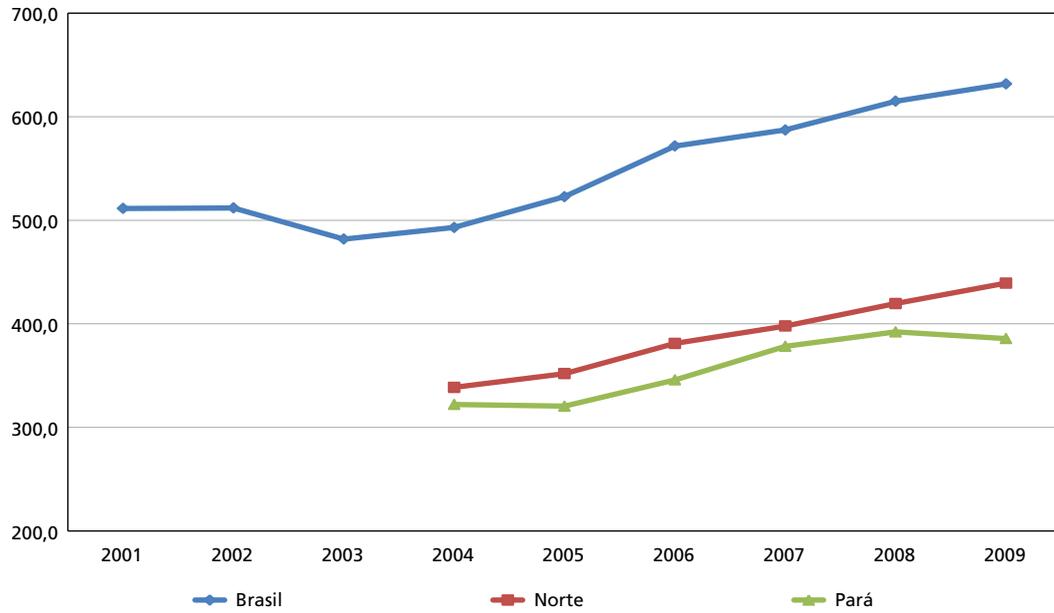
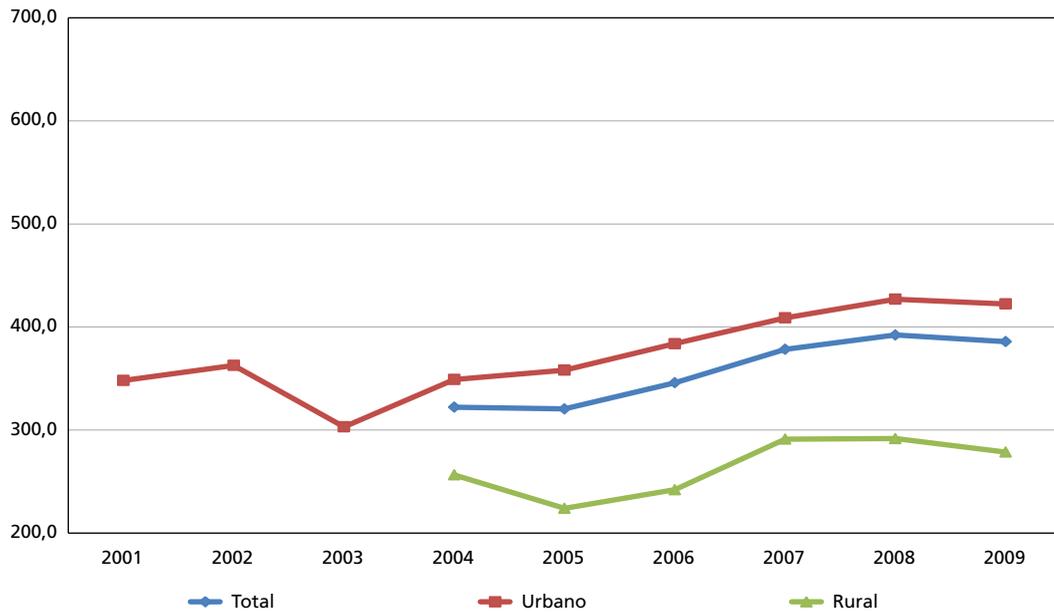


GRÁFICO 8
Renda domiciliar *per capita* média – Pará
 (Em R\$)



Sob o ponto de vista da pobreza extrema – ou seja, daqueles que auferem renda *per capita* inferior a R\$ 67,07, por mês, em setembro de 2009 e para os anos anteriores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao consumidor (INPC)₅ –, o Pará apresenta tendência de queda. Em 2004, 10,9% da população viviam em pobreza extrema, sendo que essa proporção diminuiu para 7,2% em 2009. Essa trajetória foi próxima à ocorrida na região Norte onde, no mesmo período, a pobreza extrema passou de 11,2% para 6,5%. Entretanto, a comparação com o Brasil demonstra ainda uma situação de desvantagem. Os índices nacionais são de 8,9% e 5,2% para 2004 e 2009, respectivamente.

Tendo em vista o contexto rural, os indicadores de pobreza extrema apresentados no Pará (19,2% em 2004 e 9,9% em 2009) são mais acirrados que a tendência observada no resto do estado. Isso pode sugerir a insuficiência, no caso paraense, das políticas de transferências governamentais, que contribuem para mitigar a miséria no campo e para minimizar as discrepâncias entre as condições de vida das populações extremamente pobres, nas zonas rurais e urbanas.

GRÁFICO 9
População em situação de extrema pobreza
 (Em %)

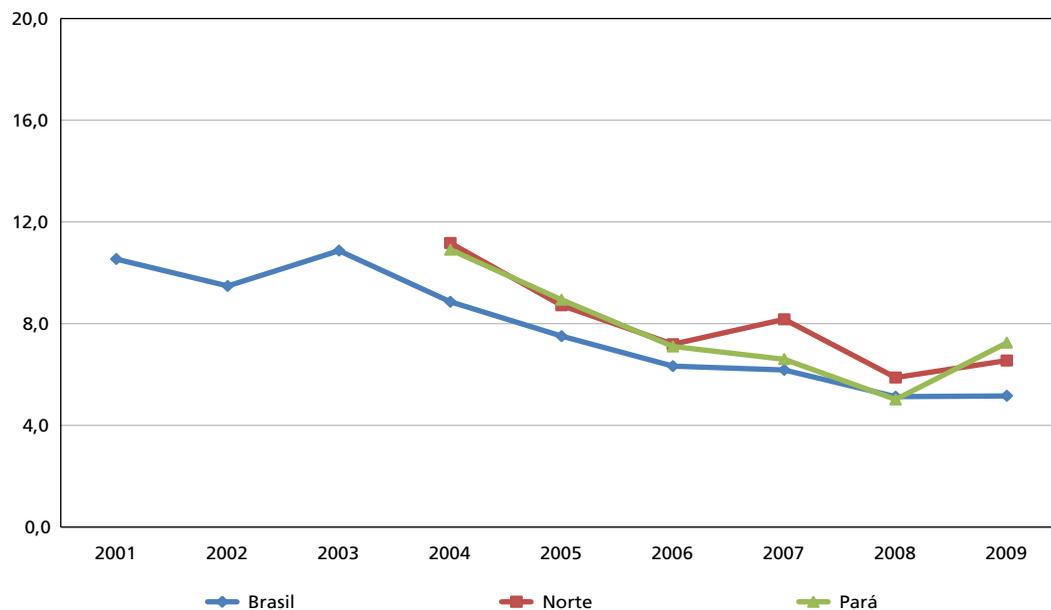
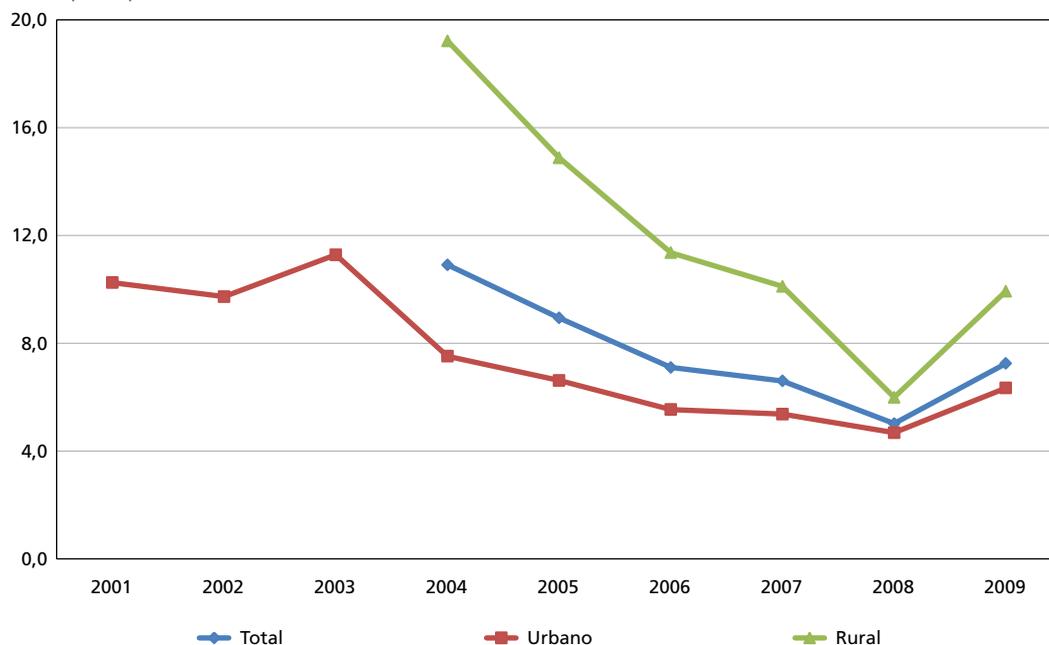


GRÁFICO 10
População em situação de extrema pobreza – Pará

(Em %)



A propósito da desigualdade de renda, o indicador mais completo para medi-la é o Índice de Gini,⁵ pois leva em consideração os rendimentos por todo o espectro da distribuição. A série histórica desse indicador encontra-se no gráfico a seguir. Como esperado, a desigualdade vem caindo, sendo a nortista inferior à nacional. O Pará exibiu, durante todo o período, desigualdade ainda menor que a nortista. Na área rural, a desigualdade tende a ser inferior à urbana.

5. O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini e publicada no documento *Variabilità e mutabilità*, em 1912. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, sendo que 0 corresponde à completa igualdade de renda (em que todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (em que uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm). O Índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (p.p.) – é igual ao coeficiente multiplicado por 100.

GRÁFICO 11
Índice de Gini

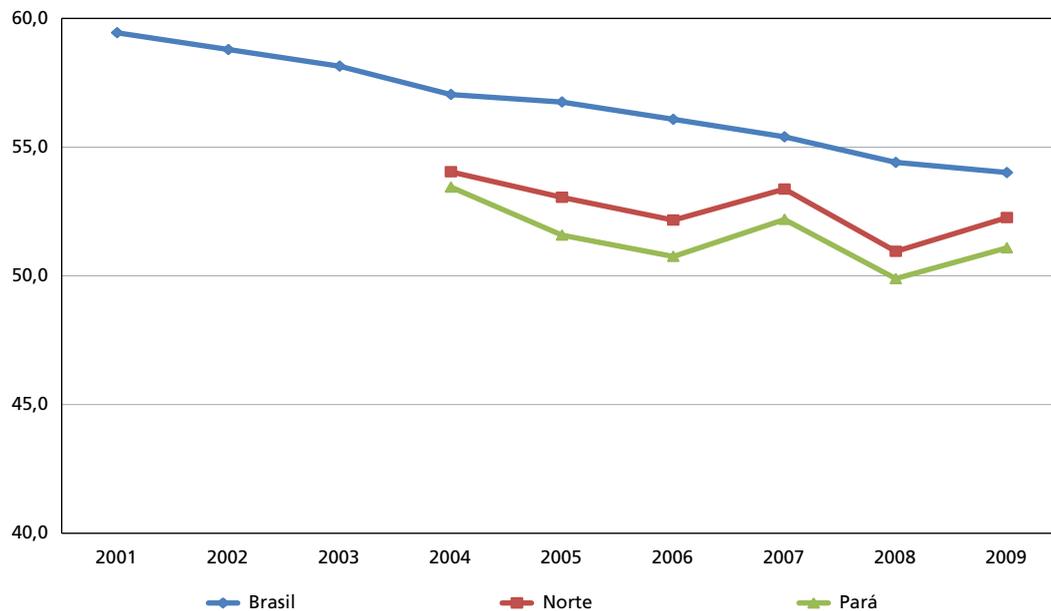
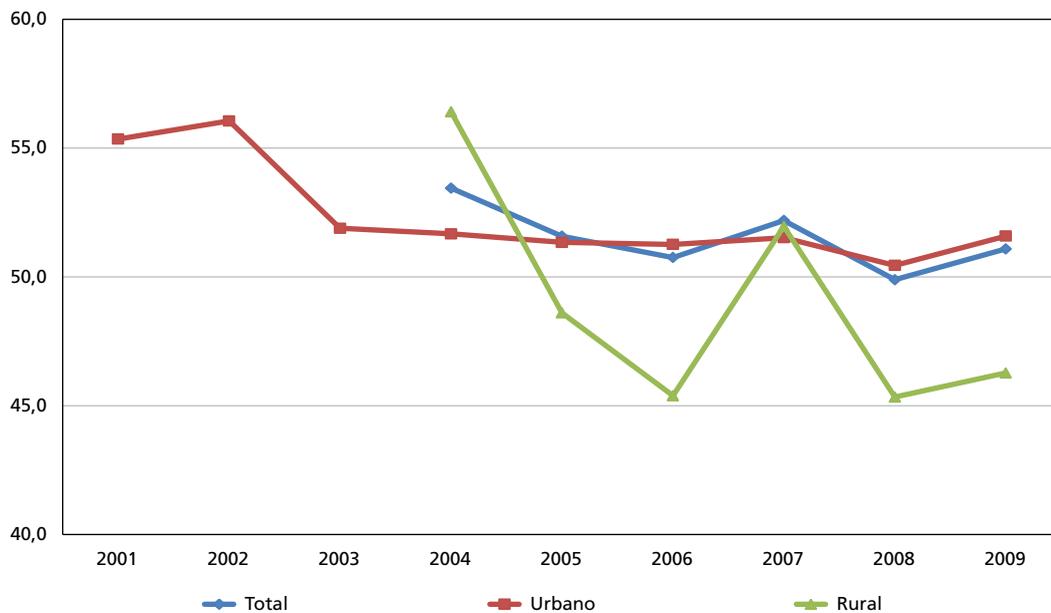


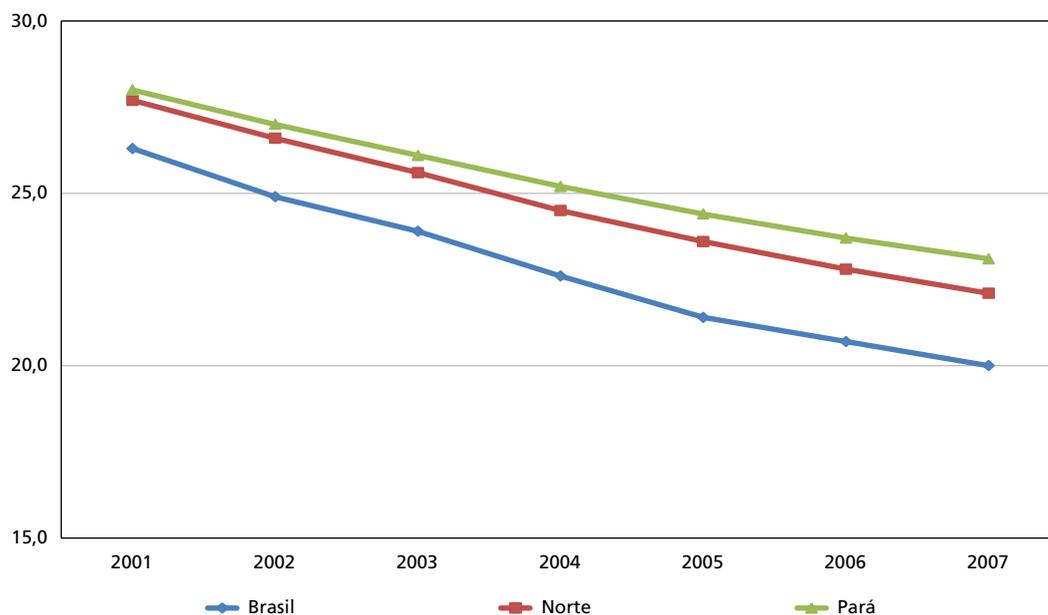
GRÁFICO 12
Índice de Gini – Pará



SAÚDE

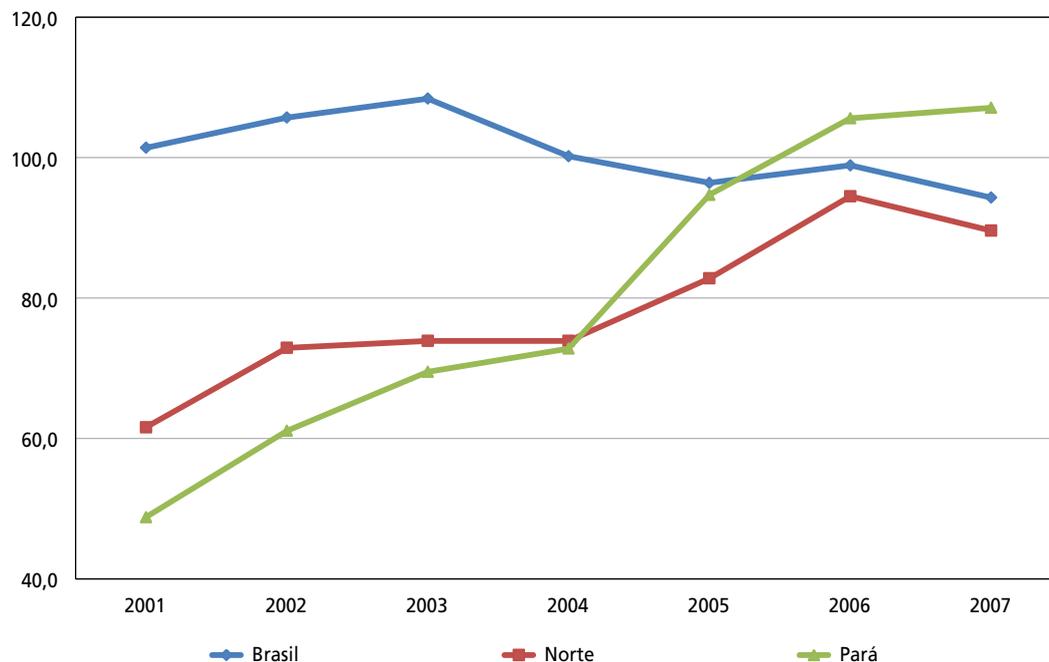
A mortalidade infantil no Pará tem diminuído. Em 2001, a taxa (mortes infantis por mil nascidos vivos) era de 28, caindo para 23,1 em 2007. Considerando esses valores, o estado encontra-se em situação desfavorável, relativamente aos contextos nacional e regional. No Brasil, os patamares de mortalidade infantil são mais baixos: 26,3, em 2001, e 20, em 2007. Na região Norte, as taxas foram de 27,7 e 22,1, em 2001 e 2007, respectivamente.

GRÁFICO 13
Taxa de mortalidade infantil



Outro indicador a ser considerado é a taxa de homicídio masculina (número de mortes por 100 mil habitantes), para a faixa etária de 15 a 29 anos. No caso do Brasil, a taxa caiu de 101,4 em 2001 para 94,3 em 2007. No começo do período, o Pará demonstrava médias menores que as do país. Contudo, com o acelerado crescimento desses homicídios ao longo dos anos, o estado acaba por ultrapassar os níveis nacionais – em 2001, a taxa era de 48,8, subindo para 107,1 em 2007. Esse crescimento supera inclusive, em ritmo e em intensidade, o que ocorre no Norte. Os índices regionais apresentam-se também em escalada de ascensão, tanto em termos da magnitude dos indicadores como da sua velocidade de crescimento (61,6 e 89,6 em 2001 e 2007, respectivamente).

GRÁFICO 14
Taxa de homicídios masculina – 15 a 29 anos



SEGURIDADE

Em sua atuação para prover seguridade social à população, o governo promove tanto políticas de prestação de serviços quanto de transferências monetárias diretas. Essas transferências compõem uma parcela da renda das famílias, que pode ser mensurada pelo percentual correspondente às aposentadorias e pensões de instituto de previdência ou do governo federal, ao abono de permanência e aos outros programas oficiais – tais como Renda Mínima, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), Benefício de Prestação Continuada/Lei Orgânica de Assistência Social (BPC-Loas) e outros.⁶

6. As PNADs agrupam, na mesma variável, os programas de transferências governamentais e os ganhos provenientes de aplicações financeiras, como dividendos e juros. Sabemos, no entanto, que estes rendimentos tendem a ser subdeclarados, enquanto as transferências governamentais são mais bem captadas. Consideramos, portanto, que essa variável oferece boa aproximação do que queremos aferir.

No Pará, a parcela da renda correspondente à seguridade (16,9% em 2009) é inferior à do Brasil (20,7% em 2009). Entre os moradores da zona rural, a diferença entre esses percentuais é ainda maior: 18,5% no Pará e 29,2% no Brasil. A evolução entre 2004 e 2009 mostra que, enquanto no Brasil houve aumento de 4% no indicador – o que corresponde a 0,8 p.p. –, no Pará houve elevação de 8,5% – o equivalente a 1,3 p.p.

É possível associar o aumento da renda domiciliar *per capita* observado na zona rural do Pará (da ordem de 8,6% ao longo do período) às políticas de transferência. Ou seja, ainda que insuficientes para sanar as situações de pobreza extrema, como se sinalizou anteriormente, evidenciam-se aqui a importância dessas políticas, uma vez que a elevação do nível de rendimento da população rural paraense praticamente se relaciona a essa fonte.

GRÁFICO 15
Transferências na renda
(Em %)

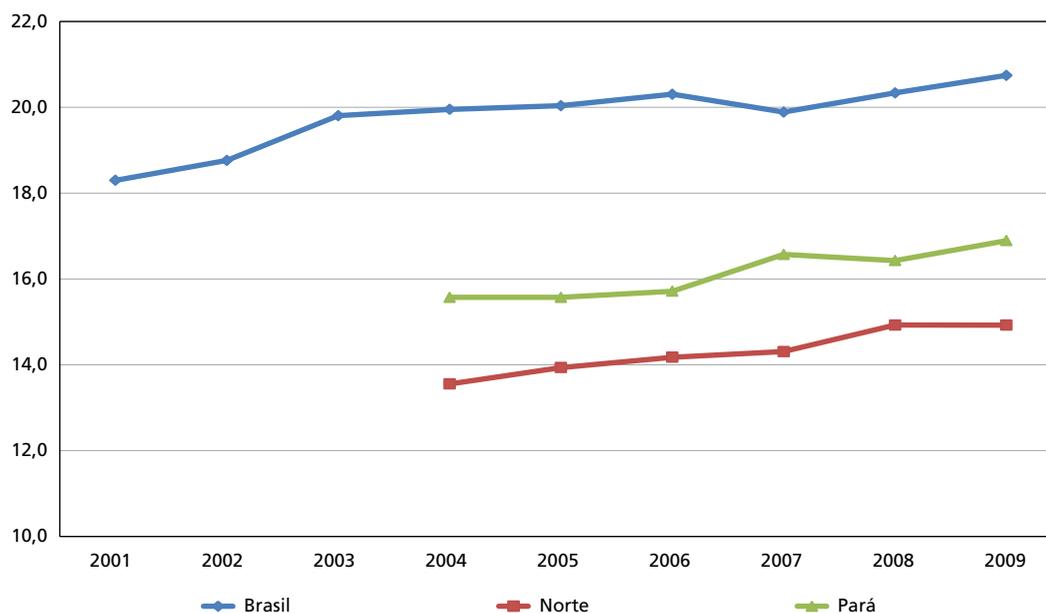
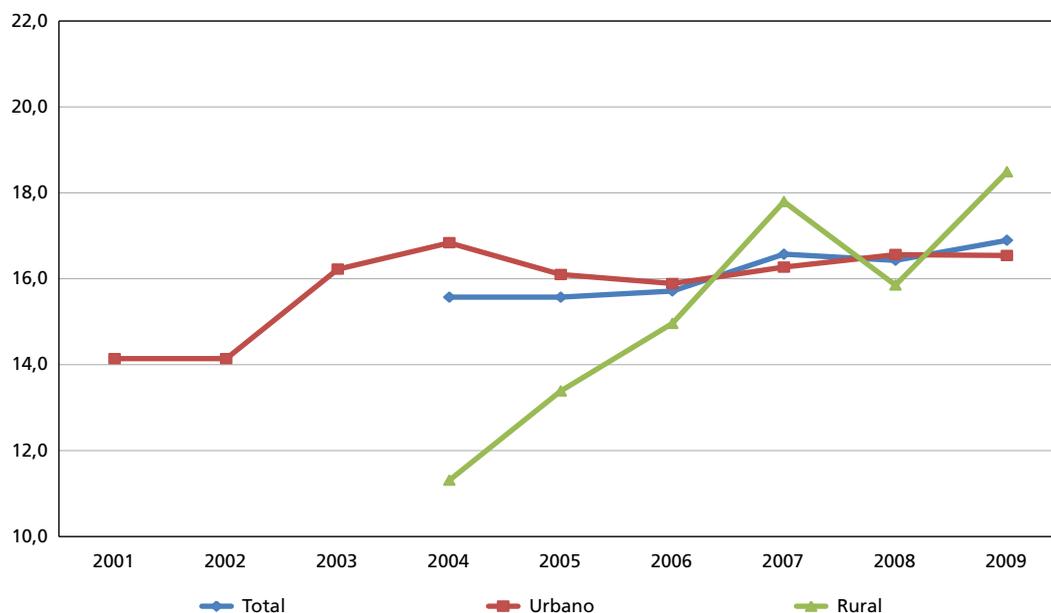


GRÁFICO 16
Transferências na renda – Pará
 (Em %)



TRABALHO E RENDA DO TRABALHO

A taxa de desemprego no Pará tende a ser mais baixa do que as médias da região Norte e do Brasil. Em 2004, ela era de 6,4%, tendo se elevado para 8,4% em 2009. No Norte, essas taxas foram de 7,1% e 8,5% em 2004 e em 2009, respectivamente; o Brasil apresentou as cifras de 8,8% e 8,2% naqueles anos.

GRÁFICO 17
Taxa de desemprego

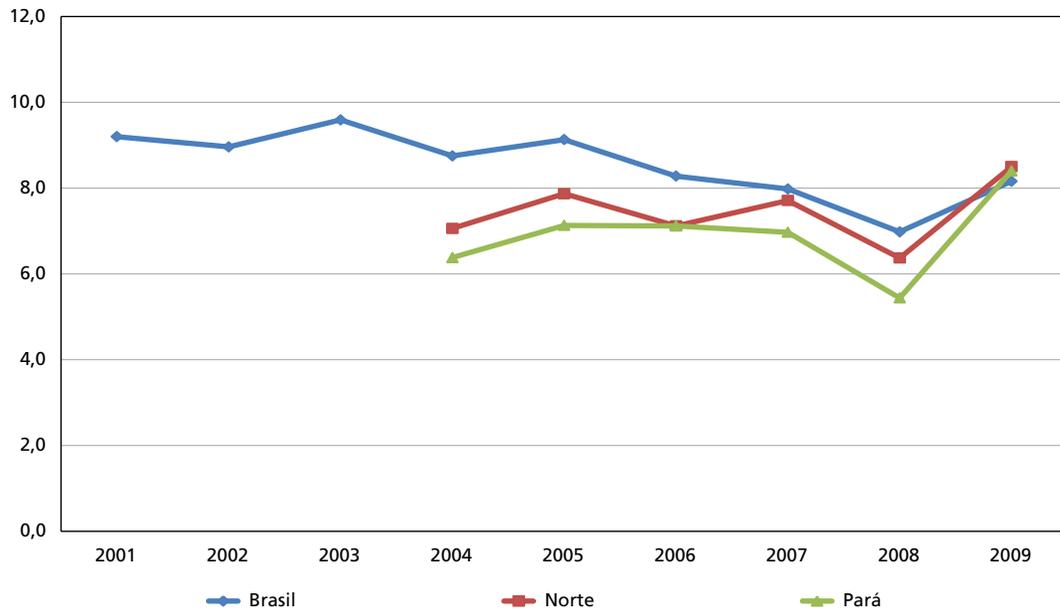
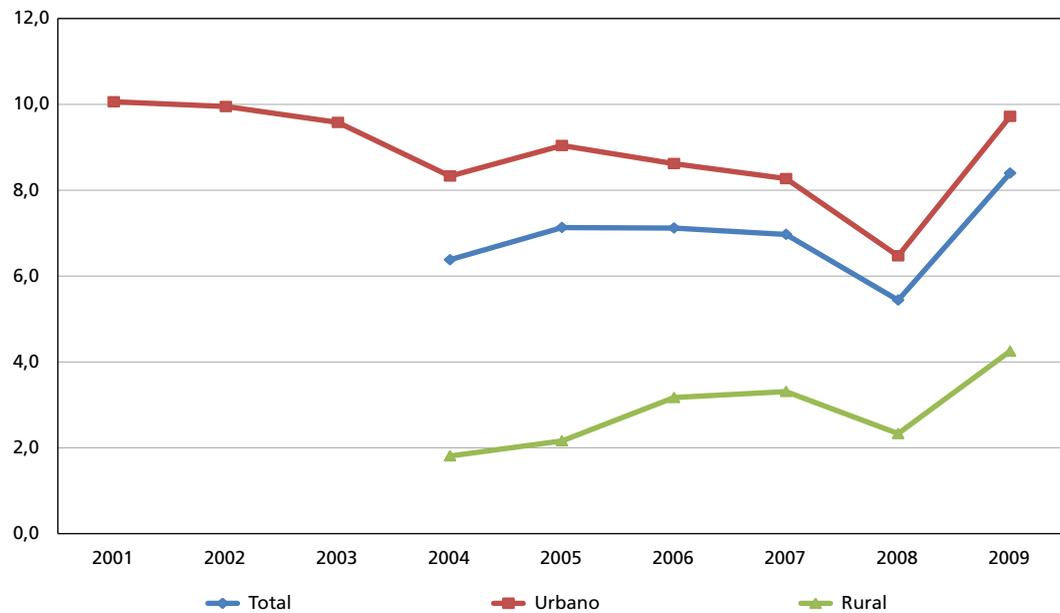
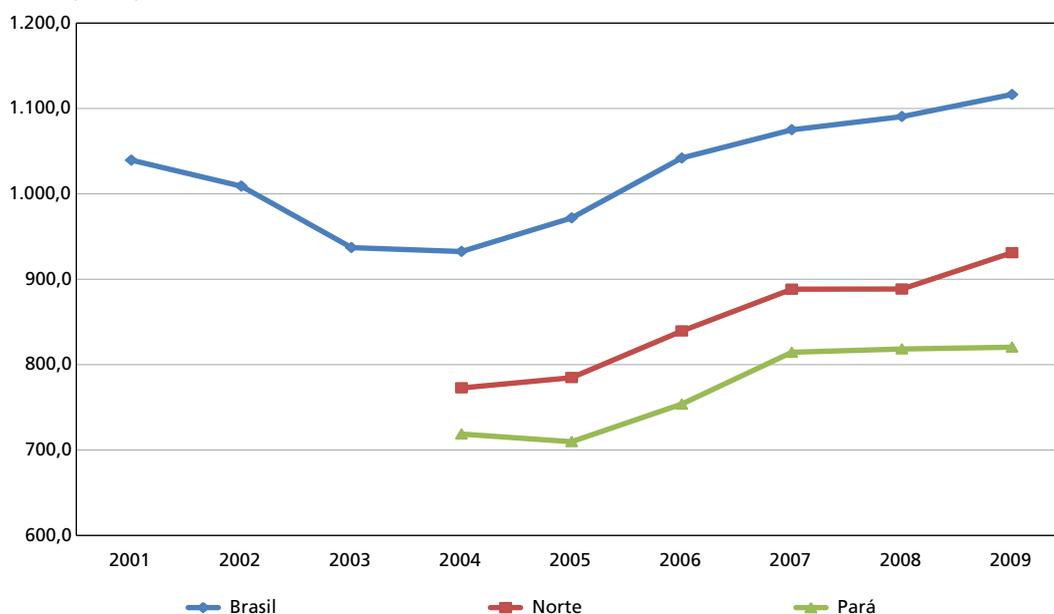


GRÁFICO 18
Taxa de desemprego – Pará



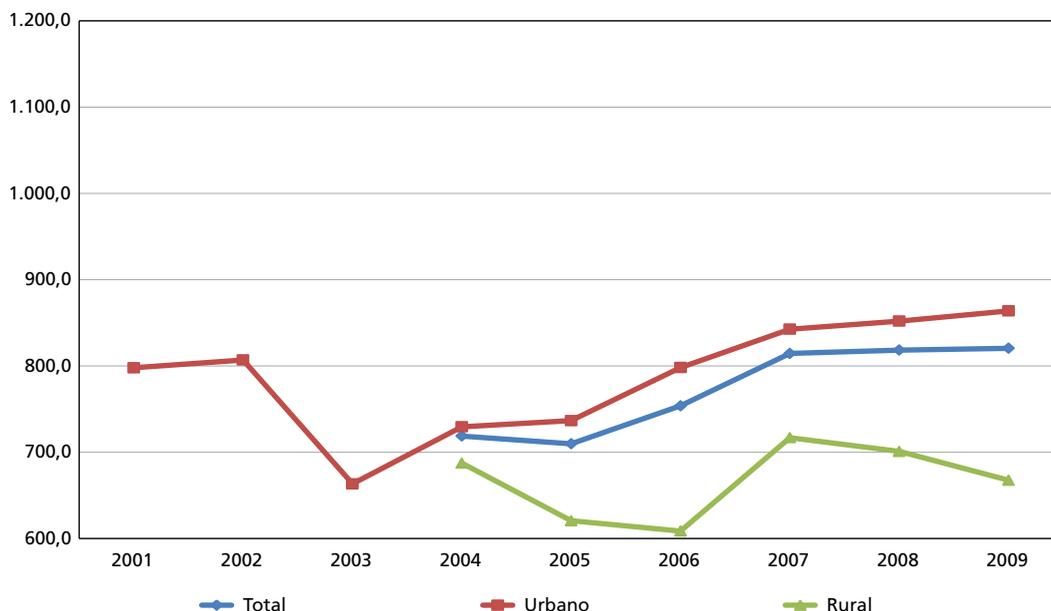
Esse resultado se deve eminentemente ao alto desemprego urbano. Nas zonas rurais, apesar de essas taxas serem relativamente baixas, os postos de trabalho caracterizam-se por sua qualidade precária tanto em termos das ocupações como da remuneração. Nesses aspectos, o Pará encontra-se em situação bastante desfavorável relativamente à média nacional e também à nortista. O rendimento médio do trabalho⁷ no Pará foi de R\$ 718,70 em 2004 (sendo que, no Brasil, essa média foi de R\$ 932,51 e, no Norte, de R\$ 772,71) e em 2009 aumentou para R\$ 820,43 (Brasil: R\$ 1.116,39; Norte: R\$ 931,04).

GRÁFICO 19
Rendimento médio no trabalho
(Em R\$)



7. Trata-se do rendimento médio só dos que tiveram renda proveniente do trabalho. Os ocupados com renda zero foram excluídos do cálculo.

GRÁFICO 20
Rendimento médio no trabalho – Pará
 (Em R\$)



Esse problema se revela mais acentuado, quando se trata da zona rural. No estado, o rendimento do trabalho rural era de R\$ 687,32 em 2004 e de R\$ 667,53 em 2009. Há defasagem de rendimentos em relação aos trabalhadores urbanos, no próprio Pará. Entretanto, os trabalhadores rurais paraenses tendem a obter rendimentos médios melhores que as médias rurais nacionais (R\$ 512,51 e R\$ 625,45) e nortistas (R\$ 636,81 e R\$ 674,51), naqueles anos.

EDUCAÇÃO

O Pará tem escolaridade, medida pela média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais, menor do que a nortista e do que a nacional em todos os anos, de 2004 a 2009. No estado, essas médias são de 5,9 e 6,7 anos de estudo, enquanto, para a região, elas são de 6,2 e 7,1 anos e para o país, de 6,8 e 7,5 anos, respectivamente. Entretanto, se considerarmos o crescimento de ponta a ponta no período, nota-se que o Pará teve desempenho (14,3%) superior ao nacional (10,7%) e ao nortista (13,9%). A população rural do Pará encontrava-se ainda, em 2009, com escolaridade baixa: 4,8 anos de estudo.

GRÁFICO 21
Média de anos de estudo

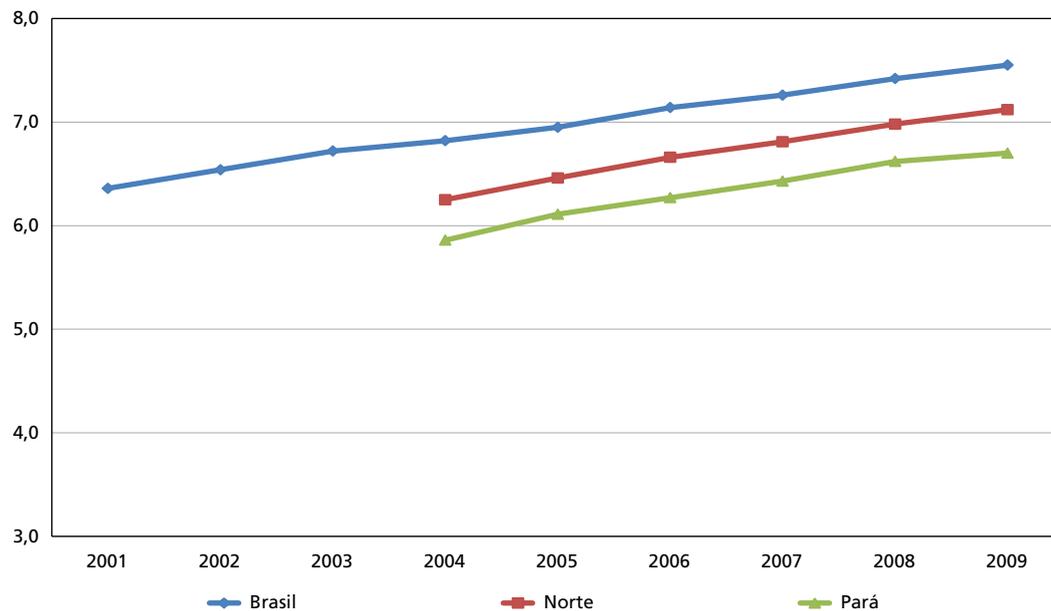
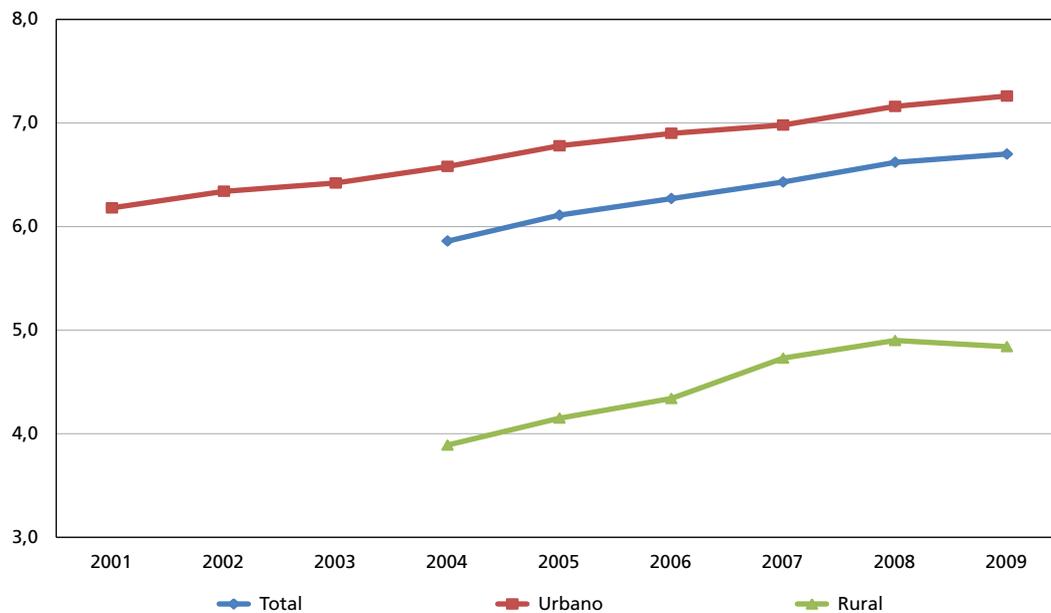


GRÁFICO 22
Média de anos de estudo – Pará



Observando-se a questão do analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais, o Pará apresenta padrões menos favoráveis que a média nacional e a nortista. Em 2004, 14,3% dos paraenses eram analfabetos, contra 12,7% dos nortistas e 11,4% dos brasileiros. Em 2009, essa situação de desvantagem permaneceu: os analfabetos compunham 12,2% da população do Pará, enquanto, no Norte e no Brasil, eles representavam 10,5% e 9,7% das pessoas, respectivamente.

GRÁFICO 23
Taxa de analfabetismo

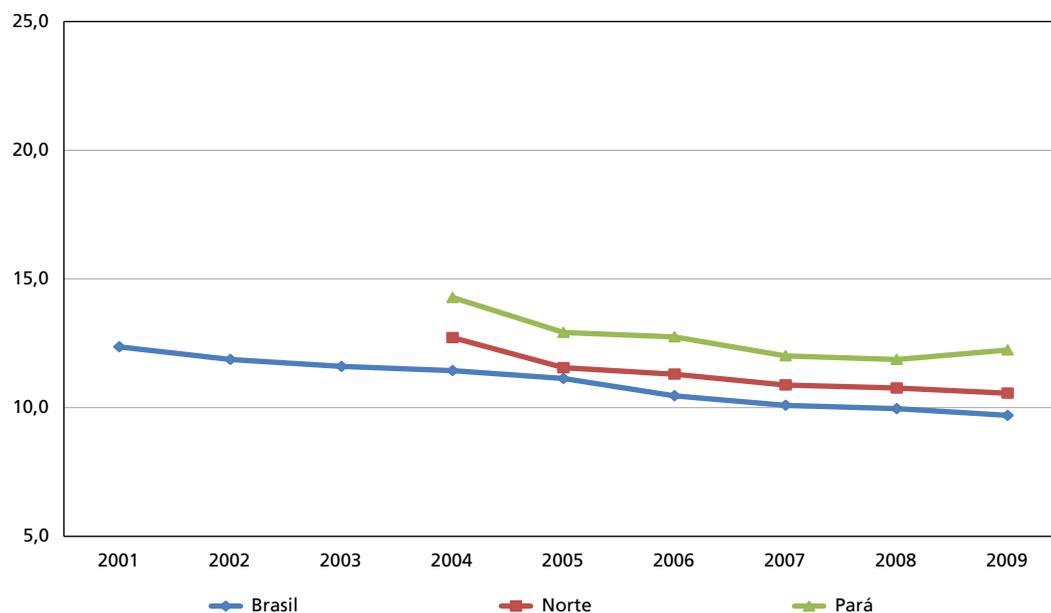
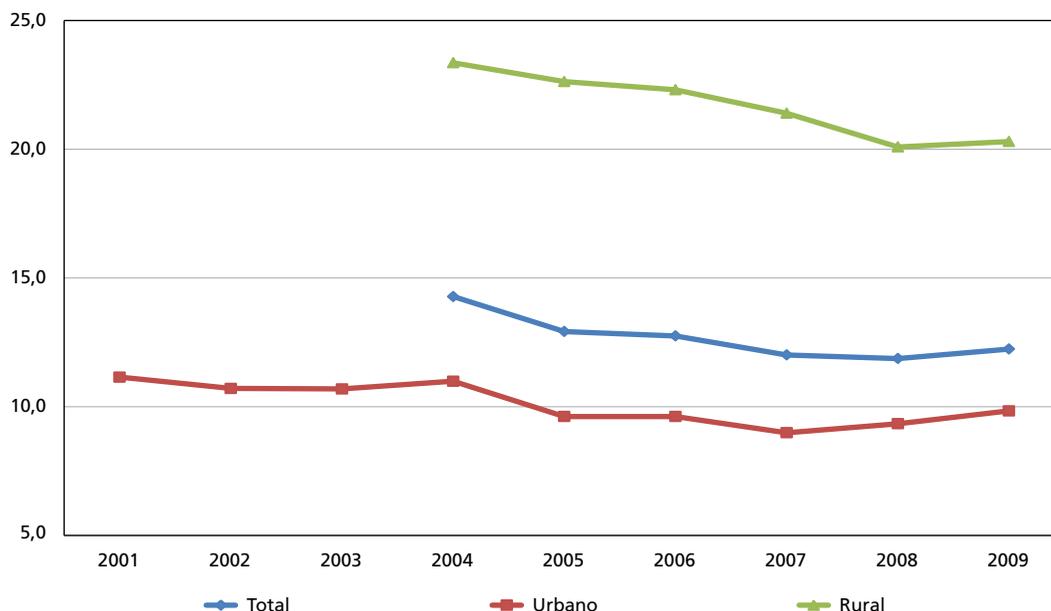


GRÁFICO 24
Taxa de analfabetismo – Pará



A situação se torna ainda mais séria quando se focalizam os índices referentes às populações rurais do Pará. Ainda que as tendências de queda tenham sido mais intensas nessas zonas, os patamares continuam alarmantes. A taxa de analfabetismo passou de 23,4%, em 2004, para 20,3%, em 2009.

SANEAMENTO E HABITAÇÃO

No Pará, acessos adequados a abastecimento de água estão aquém da média nacional e da nortista. Além disso, as disparidades entre as áreas rurais e urbanas revelam desigualdades ainda preocupantes.

Durante o período em questão, a água encanada no Brasil aumentou sua cobertura, passando de 83,3%, em 2004, para 87,7%, em 2009. As diferenças regionais, apesar de diminuírem no período, ainda são elevadas e, notadamente no caso do Pará, cerca de 48% de sua população continuavam sem esse atendimento em 2009. Esse baixo valor médio se deve basicamente à zona rural, onde o percentual de cobertura era de 44,2% em 2009.

GRÁFICO 25
Abastecimento adequado de água
 (Em %)

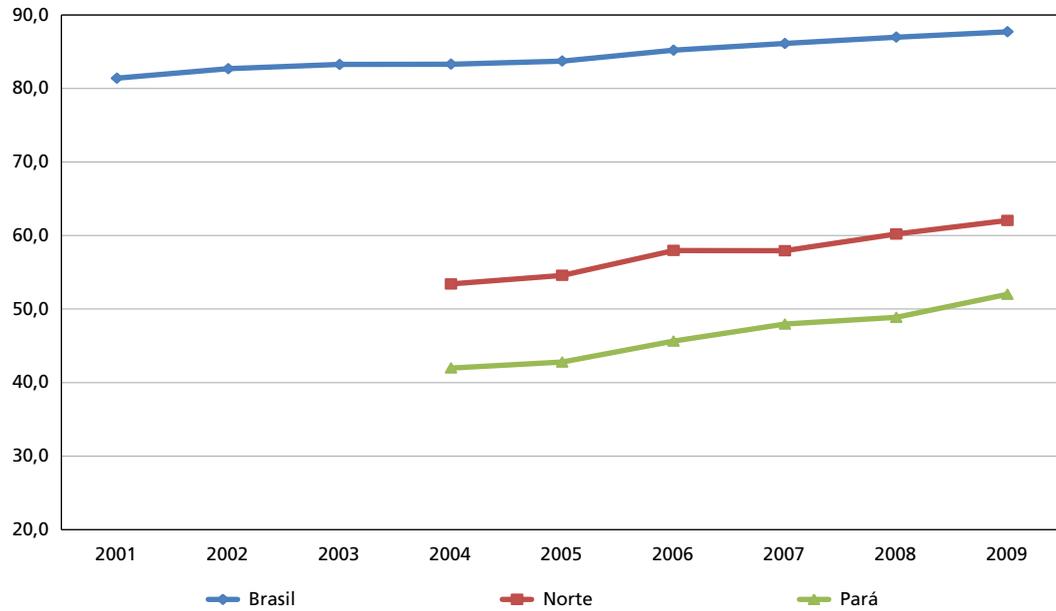
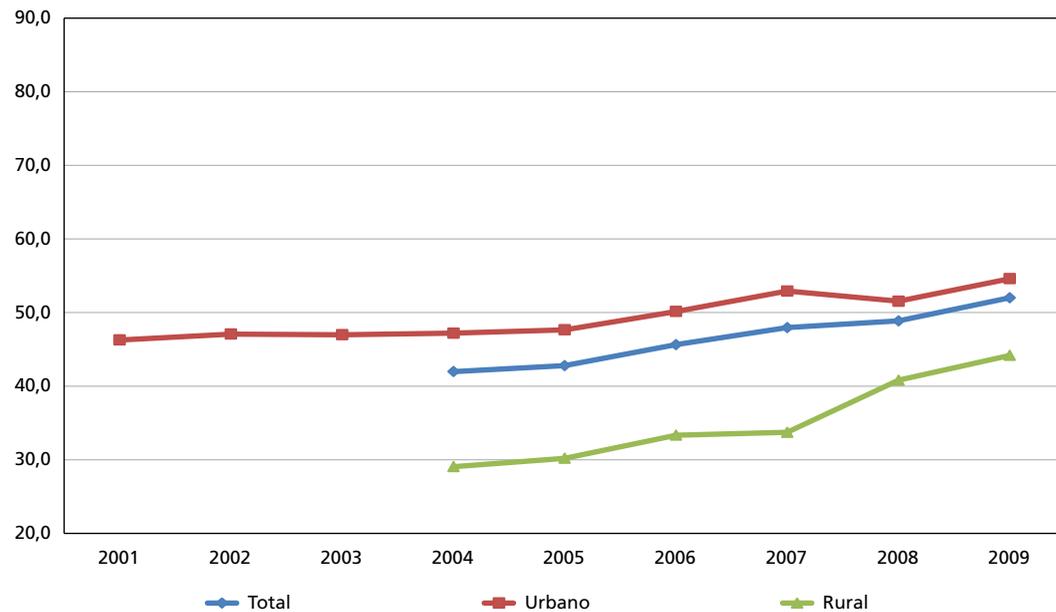


GRÁFICO 26
Abastecimento adequado de água – Pará
 (Em %)



Com relação à energia elétrica, o Pará encontra-se em pior situação do que o Norte como um todo, e ainda aquém da média brasileira. Este serviço está caminhando para a universalização, mas na zona rural do Pará, 19% da população ainda estão no escuro.

GRÁFICO 27
Acesso à energia elétrica

(Em %)

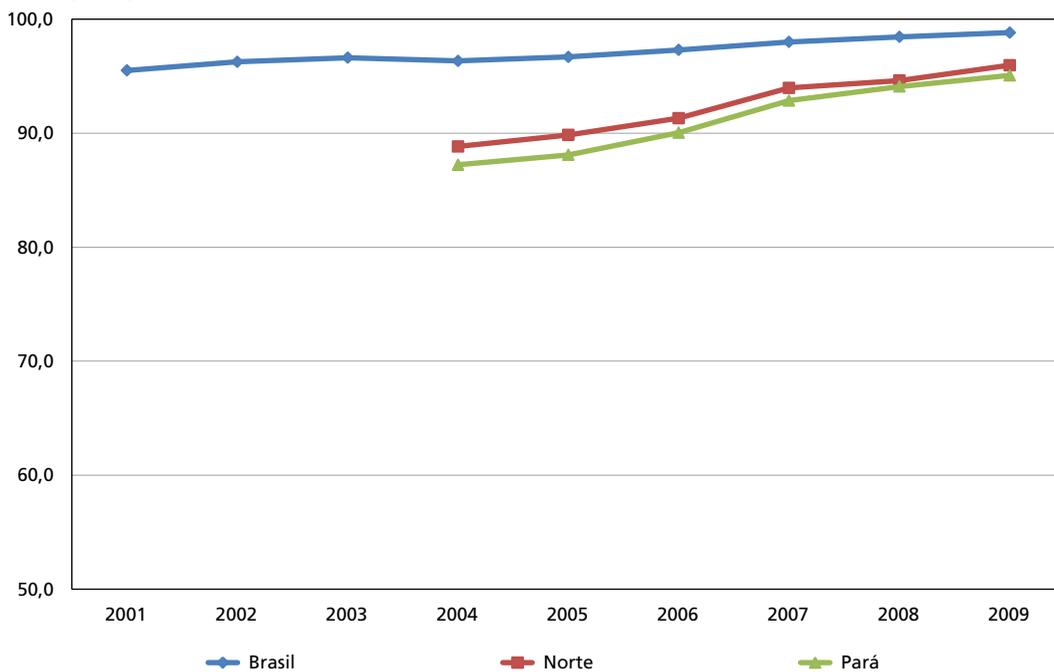
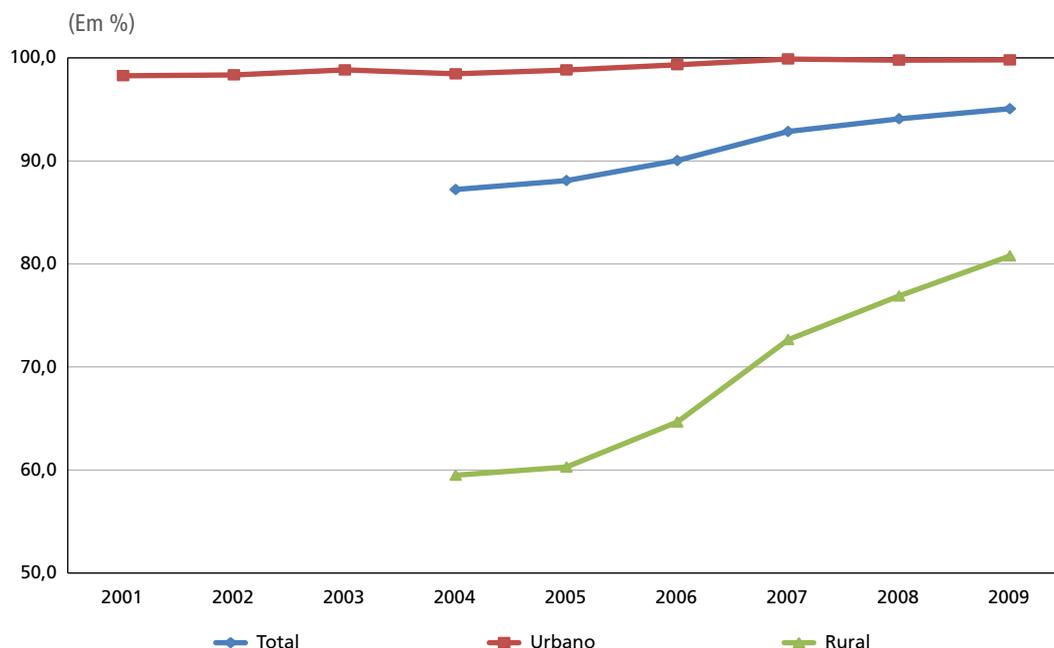


GRÁFICO 28
Acesso à energia elétrica – Pará



CULTURA

Os indicadores selecionados de acesso a bens culturais mostram, em geral, diferenças expressivas entre a média nacional e a nortista, revelando desigualdades regionais fortes nesses aspectos. No Pará, as diferenças entre os espaços rurais e urbanos são ainda acentuadas.

O acesso a telefone celular no Brasil encontra-se em plena ascensão. Em 2001, a posse de celular, por pelo menos um morador do domicílio, atingia a cifra de 31%. Esta cobertura subiu para 81,1%, em 2009. As trajetórias do Norte e do Pará seguem de perto a nacional, chegando, em 2009, às coberturas de 73,9% e 73,1%, respectivamente.

No Pará, ainda há fortes desigualdades de cobertura entre as zonas urbanas e as rurais. No caso da população rural, a situação é mais acirrada, pois meros 3,1% possuem telefone fixo e apenas 47% dos domicílios dispõem de telefone celular. Os demais, que não dispõem desses serviços, vivem, pois, uma restrição de comunicação que beira o isolamento.

GRÁFICO 29
Telefone celular no domicílio
 (Em %)

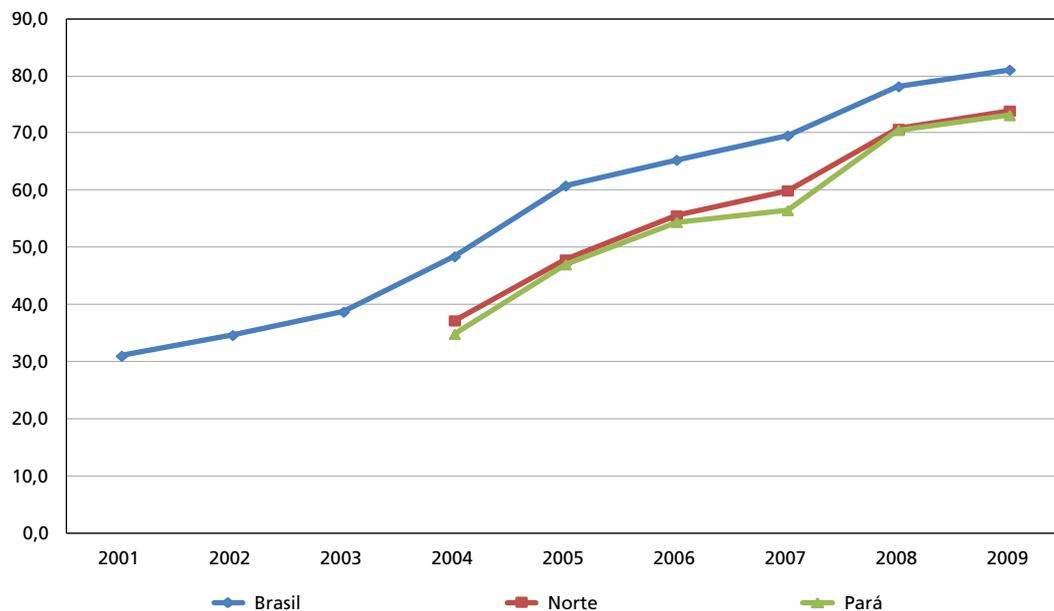
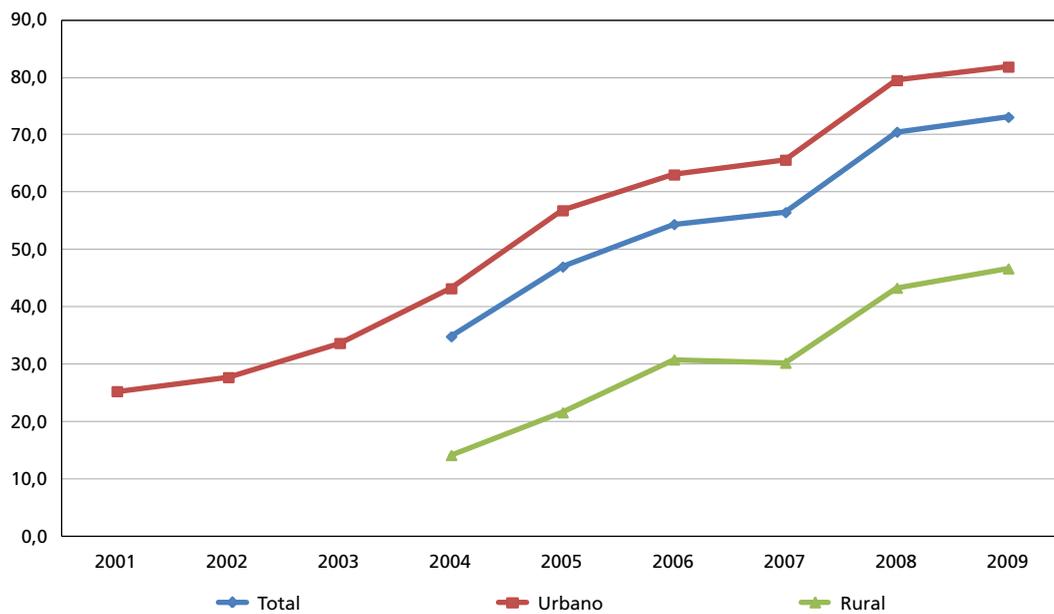


GRÁFICO 30
Telefone celular no domicílio – Pará
 (Em %)



Com relação ao acesso à internet, é plausível afirmar que esse item ainda pode ser considerado um “luxo”, mesmo em nível nacional, pois apenas 28,1% da população brasileira o possuíam em 2009. Apesar da velocidade de expansão do seu acesso nos últimos anos, a população rural está praticamente alijada desse processo. As diferenças regionais são intensas e, no Pará, a internet no domicílio ainda é um evento raro, sendo a taxa de acesso de 12,8% para a população urbana e para a rural o acesso ainda é praticamente insignificante (2,2%).

GRÁFICO 31
Acesso à internet
(Em %)

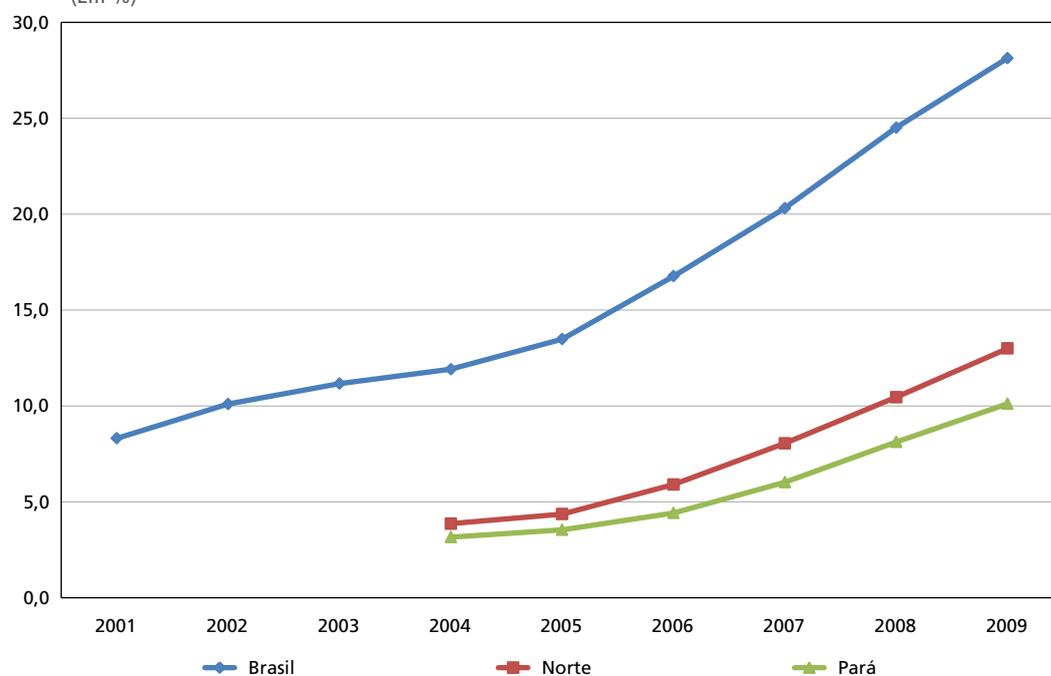
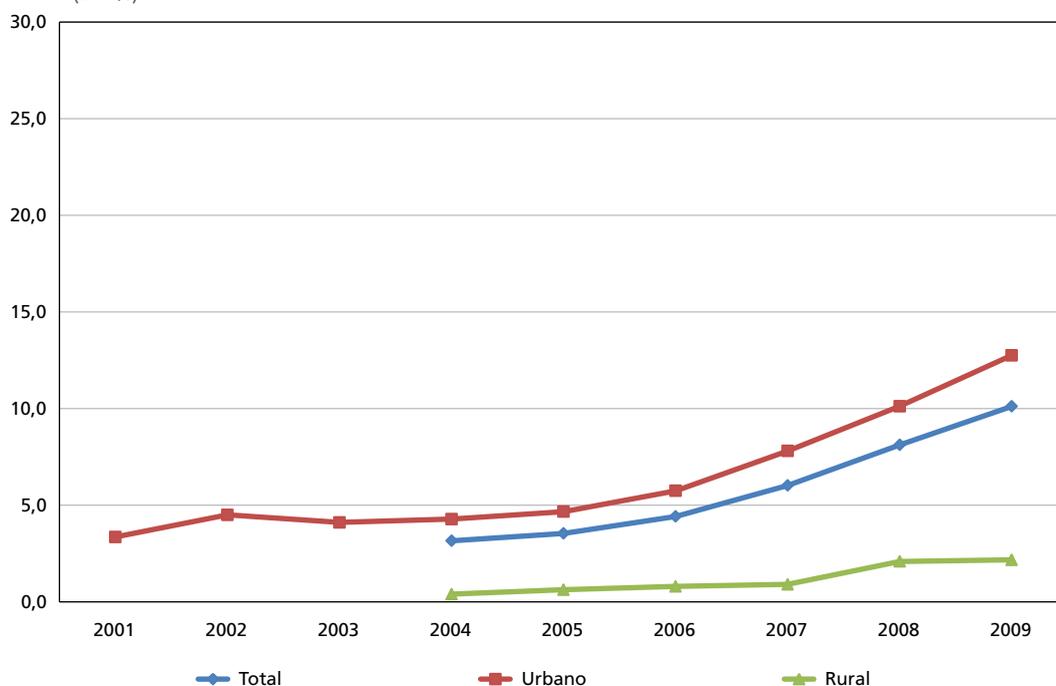


GRÁFICO 32
Acesso à internet – Pará
 (Em %)



OUTRAS PERSPECTIVAS

O texto anterior é uma leitura, entre tantas possíveis, da evolução das condições de vida das populações, por unidade da Federação (UF). Os anexos a seguir oferecem uma série de 34 indicadores para que o leitor criativo faça suas próprias análises. Fechamos aqui a nossa parte, abrindo oportunidade para a projeção de outras perspectivas.

ANEXOS

ANEXO 1

Dados estatísticos

TABELA 1
Indicadores de demografia

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Brasil		Total	170.681.542	173.257.720	175.736.541	181.454.363	183.680.670	185.750.667	187.572.564	189.545.662	191.478.573	
		Urbano	143.176.178	145.756.534	148.091.222	150.546.852	151.991.829	154.585.253	156.393.725	158.774.197	160.781.907	
		Rural	27.505.364	27.501.186	27.645.319	30.907.511	31.688.841	31.165.414	31.178.839	30.771.465	30.696.666	
População residente	Norte	Total				14.272.529	14.563.242	14.826.930	14.995.774	15.244.783	15.530.229	
		Urbano	9.458.448	9.862.718	10.210.805	10.554.547	10.904.763	11.284.335	11.542.494	11.875.998	12.104.427	
		Rural				3.717.982	3.658.479	3.542.595	3.453.280	3.368.785	3.425.802	
Pará	Total				6.855.030	6.995.922	7.123.075	7.233.083	7.362.540	7.466.685		
	Urbano	4.351.241	4.534.219	4.708.212	4.880.520	5.047.601	5.214.216	5.365.174	5.531.203	5.606.044		
	Rural				1.974.510	1.948.321	1.908.859	1.867.909	1.831.337	1.860.641		
Brasil	Total	2,22	2,15	2,08	2,05	2,01	1,95	1,90				
	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Taxa de fecundidade	Norte	Total	3,00	2,85	2,70	2,57	2,46	2,38	2,33			
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	Total	2,98	2,81	2,65	2,50	2,37	2,25	2,27				
	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	Total		44,15	42,67	41,32	40,98	39,67	38,61	37,56	36,08	35,23
	Urbano		42,20	40,85	39,60	38,88	37,51	36,65	35,77	34,37	33,68
	Rural		55,24	53,16	51,30	52,16	51,00	49,20	47,33	45,68	44,00
Razão de dependência demográfica – jovens (0 a 15 anos)	Total		57,16	57,16	57,16	57,16	55,79	54,17	53,64	50,48	49,50
	Urbano		55,97	56,87	55,89	53,41	52,16	51,11	50,90	48,22	46,87
	Rural		68,90	68,90	68,90	68,90	67,73	64,77	63,58	59,02	59,61
Pará	Total		56,29	55,12	54,29	52,21	50,73	55,19	52,40	50,18	50,75
	Urbano		56,29	55,12	54,29	52,21	50,73	50,46	48,95	47,38	46,69
	Rural		70,97	70,97	70,97	70,97	73,30	69,79	63,23	59,30	64,48
Brasil	Total		13,04	13,31	13,58	13,68	13,77	14,12	14,47	15,09	15,33
	Urbano		12,62	12,98	13,27	13,43	13,60	13,86	14,18	14,83	15,07
	Rural		15,45	15,22	15,39	15,03	14,69	15,52	16,05	16,51	16,83
Razão de dependência demográfica – idosos (60 anos ou mais)	Total		9,72	9,72	9,72	9,72	9,64	9,99	10,30	10,65	10,91
	Urbano		8,68	9,38	9,26	9,47	9,23	9,76	9,81	10,33	10,50
	Rural		10,52	10,52	10,52	10,52	11,00	10,82	12,08	11,86	12,48
Pará	Total		8,85	10,38	9,89	10,33	10,06	10,29	10,82	11,13	11,21
	Urbano		8,85	10,38	9,89	10,35	10,03	10,42	10,65	11,04	11,13
	Rural		10,29	10,29	10,29	10,29	10,14	9,88	11,36	11,40	11,50
Brasil	Total		145,462	130,676	149,170	157,737	153,349	204,824	131,968	130,435	195,953
	Urbano		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo migratório	Total		-73,461	-38,157	-15,738	67,673	56,002	19,678	79,632	862	-27,862
	Urbano		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	Total		-86,560	-1,061	3,454	55,800	99,932	31,941	52,971	7,618	-37,834
	Urbano		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural		-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Ripsal/MS.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

TABELA 2
Indicadores de previdência e seguridade social

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	77,42	77,71	77,99	77,41	78,19	76,75	76,17	77,21	77,37
		Urbano	75,76	76,16	76,26	75,83	76,69	75,15	74,76	75,47	75,56
		Rural	85,09	85,31	86,63	84,95	85,49	84,50	82,93	85,93	86,49
Cobertura da população idosa		Total				75,75	73,03	64,87	65,87	69,31	68,94
	Norte		73,03	72,17	72,46	74,01	71,94	63,29	65,66	68,08	66,87
		Rural				80,65	76,02	69,80	66,52	73,37	75,61
Pará		Total		74,64	74,13	76,66	74,14	70,00	67,19	73,03	71,89
		Urbano	74,20	74,64	74,13	75,81	74,08	68,67	66,25	71,82	69,84
		Rural				79,04	74,30	74,31	69,94	76,88	78,57
Brasil		Total	43,39	42,79	43,48	43,99	44,59	46,22	48,02	49,80	50,48
		Urbano	48,77	48,03	48,60	49,54	50,11	51,54	53,24	54,83	55,29
		Rural	16,65	16,32	17,29	18,00	18,95	20,53	22,20	23,89	25,23
Proporção de contribuintes na população economicamente ativa (PEA)		Total				31,17	33,00	34,54	35,72	38,79	38,26
	Norte	36,80	35,83	36,46	37,66	38,65	40,17	40,59	44,07	44,07	43,20
		Rural				13,84	16,52	17,70	19,77	20,48	21,02
Pará		Total		31,87	32,22	28,17	30,39	31,02	31,09	33,51	33,33
		Urbano	31,94	31,87	32,22	33,82	35,66	35,81	34,72	37,72	37,06
		Rural				15,00	16,70	18,42	20,88	20,85	21,71
Brasil		Total	20,50	20,60	20,70	20,80	20,90	21,10	21,20	21,30	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará		Total		19,90	20,00	20,10	20,20	20,30	20,40	20,50	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará		Total	19,90	20,00	20,10	20,20	20,30	20,40	20,50	20,60	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	Total		18,30	18,76	19,80	19,95	20,04	20,30	19,89	20,34	20,74
	Urbano		17,96	18,39	19,43	19,57	19,57	19,71	19,14	19,64	20,01
	Rural		23,08	24,13	24,65	24,33	25,57	27,47	28,45	28,52	29,16
Transferências na renda (%)	Total		13,55	13,94	13,55	13,55	13,94	14,18	14,31	14,93	14,92
	Urbano		12,37	12,07	13,45	13,45	13,55	13,64	13,41	14,37	14,04
	Rural					14,03	15,99	17,25	19,54	18,04	20,11
Pará	Total		15,57	15,57	15,57	15,57	15,57	15,71	16,57	16,43	16,89
	Urbano		14,14	14,14	16,22	16,84	16,10	15,89	16,27	16,56	16,54
	Rural					11,31	13,39	14,96	17,79	15,85	18,49

Fontes: PNADs 2001-2009/IBGE e Ripsa/MS.

Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

TABELA 3
Indicadores de pobreza e desigualdade

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	Total		10,54	9,48	10,87	8,86	7,51	6,33	6,18	5,13	5,16
	Urbano		7,69	6,92	8,31	6,45	5,24	4,21	4,44	3,55	3,70
	Rural		25,36	22,94	24,55	20,48	18,31	16,73	14,85	13,11	12,64
Extrema pobreza	Total		11,17	11,17	11,17	11,17	8,72	7,19	8,17	5,88	6,55
	Urbano		10,33	10,55	11,62	7,85	6,39	5,10	6,10	4,50	5,44
	Rural					20,58	15,66	13,88	15,23	10,66	10,46
Pará	Total		10,91	10,91	10,91	10,91	8,94	7,10	6,60	5,02	7,25
	Urbano		10,25	9,73	11,28	7,52	6,62	5,54	5,37	4,68	6,34
	Rural					19,22	14,88	11,36	10,11	5,99	9,93

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	511,45	511,93	481,86	493,01	522,76	571,69	587,22	614,99	631,71
		Urbano	569,25	569,56	531,13	547,32	582,54	634,88	647,90	677,37	693,36
		Rural	210,23	207,77	218,79	231,09	237,55	260,98	285,18	297,80	314,25
Renda domiciliar per capita (R\$)		Total	381,45	376,95	339,15	338,59	351,94	381,06	397,90	419,57	439,30
	Norte	Urbanos	381,45	376,95	339,15	374,61	395,00	425,86	439,33	457,99	482,25
		Rurais				236,49	224,20	237,50	256,49	286,21	289,33
Pará		Total	348,09	362,68	303,06	322,19	320,48	345,83	378,28	392,25	385,79
		Urbano	348,09	362,68	303,06	349,04	358,13	383,80	408,86	426,96	422,36
		Rural				256,49	224,04	242,06	291,15	291,74	278,57
Brasil		Total	59,44	58,79	58,15	57,04	56,75	56,08	55,40	54,41	54,01
		Urbano	58,16	57,64	57,11	55,97	55,68	55,02	54,33	53,38	53,16
		Rural	53,87	51,33	53,17	51,78	50,51	50,11	51,26	49,67	49,02
Índice de Gini		Total	54,04	54,04	54,04	54,04	53,05	52,16	53,37	50,95	52,26
	Norte	Urbanos	56,47	56,50	54,28	53,10	52,73	52,23	52,60	50,56	52,26
		Rurais				53,66	48,77	45,88	51,26	48,56	47,57
Pará		Total	55,35	56,05	51,89	53,45	51,58	50,75	52,19	49,89	51,09
		Urbano	55,35	56,05	51,89	51,67	51,34	51,26	51,52	50,45	51,58
		Rural				56,41	48,60	45,38	51,96	45,33	46,27

Fonte: PNADs 2001-2009/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/lpea.

TABELA 4
Indicadores de saúde

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	26,30	24,90	23,90	22,60	21,40	20,70	20,00	-	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de mortalidade infantil	Norte	Total	27,70	26,60	25,60	24,50	23,60	22,80	22,10	-	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	Total	28,00	27,00	26,10	25,20	24,40	23,70	23,10	-	-	-
	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Brasil		Total	101,40	105,70	108,40	100,20	96,40	98,90	94,30	-	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos)	Norte	Total	61,60	72,90	73,90	73,90	82,80	94,50	89,60	-	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	Total	48,80	61,10	69,50	72,80	94,70	105,60	107,10	-	-	-
	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Ripsa/MS.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

TABELA 5
Indicadores de trabalho e renda

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	9,20	8,96	9,59	8,75	9,13	8,28	7,98	6,98	8,16
		Urbano	10,54	10,24	10,97	10,05	10,48	9,37	9,00	7,85	9,11
		Rural	2,54	2,50	2,53	2,68	2,84	3,03	2,90	2,51	3,18
Taxa de desemprego	Norte	Total				7,06	7,87	7,12	7,71	6,37	8,50
		Urbano	9,81	9,91	10,74	8,87	9,76	8,34	9,10	7,58	9,97
		Rural				2,22	2,36	3,48	3,13	2,18	3,36
Pará	Total	10,06	9,95	9,58	6,38	7,13	7,12	6,97	6,97	5,44	8,40
	Urbano				8,33	9,04	8,62	8,27	6,47	6,47	9,72
	Rural				1,81	2,16	3,17	3,31	2,33	4,25	
Brasil		Total	1.039,41	1.008,98	937,06	932,51	971,83	1.041,94	1.075,05	1.090,46	1.116,39
		Urbano	1.124,17	1.089,40	1.004,02	1.000,74	1.047,07	1.119,68	1.147,43	1.162,13	1.188,98
		Rural	488,46	471,53	489,77	512,51	513,53	547,38	597,11	606,31	625,45
Rendimento médio do trabalho (R\$)	Norte	Total				772,71	784,80	839,33	888,29	888,52	931,04
		Urbano	899,26	866,08	765,70	811,60	830,53	901,53	940,83	933,61	991,86
		Rural				636,81	608,21	594,31	660,01	693,38	674,51
Pará	Total	797,85	806,91	663,27	718,70	709,77	753,77	814,41	814,41	818,33	820,43
	Urbano				729,45	736,59	798,15	842,63	851,90	851,90	863,80
	Rural				687,32	620,56	608,62	716,85	700,86	667,53	
Brasil		Total	68,09	68,88	68,94	69,63	70,36	70,06	69,61	69,60	69,67
		Urbano	66,65	67,47	67,59	68,13	68,89	68,76	68,55	68,70	68,90
		Rural	76,22	76,98	76,80	77,66	78,12	77,13	75,38	74,62	74,02
Taxa de participação	Norte	Total				71,62	71,99	70,24	69,71	69,64	70,09
		Urbano	65,69	67,71	69,12	68,77	69,94	67,78	68,19	68,36	68,67
		Rural				80,55	78,72	78,76	75,25	74,48	75,54
Pará	Total	66,19	67,69	68,42	71,54	71,09	70,21	69,14	69,14	69,01	68,55
	Urbano				68,13	68,60	67,35	67,25	67,67	67,29	
	Rural				81,02	78,53	79,01	75,07	73,36	72,78	

Fonte: PNADs 2001-2009/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

TABELA 6
Indicadores de educação

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	Total		6,36	6,54	6,72	6,82	6,95	7,14	7,26	7,42	7,55
	Urbano		6,89	7,06	7,22	7,36	7,49	7,68	7,78	7,92	8,04
	Rural		3,42	3,62	3,83	3,98	4,14	4,30	4,47	4,64	4,78
Média de anos de estudos	Total		6,40	6,57	6,72	6,82	6,96	7,11	7,29	7,40	7,56
	Urbano					6,96	7,11	7,29	7,40	7,56	7,68
	Rural				4,05	4,34	4,50	4,71	4,84	4,98	4,98
Pará	Total		6,18	6,34	6,42	6,58	6,78	6,90	6,98	7,16	7,26
	Urbano				6,42	6,58	6,78	6,90	6,98	7,16	7,26
	Rural				3,89	4,15	4,34	4,73	4,90	4,90	4,84
Brasil	Total		12,36	11,87	11,60	11,44	11,13	10,46	10,09	9,96	9,70
	Urbano		9,46	9,09	8,88	8,72	8,45	7,89	7,62	7,52	7,37
	Rural		28,72	27,72	27,25	25,88	25,10	24,28	23,41	23,53	22,77
Taxa de analfabetismo	Total		12,72	12,72	12,72	12,72	11,55	11,30	10,88	10,76	10,56
	Urbano		10,52	9,78	10,06	9,63	8,88	8,62	8,40	8,44	8,44
	Rural		22,32	20,25	20,25	22,32	20,25	20,51	19,76	19,45	18,66
Pará	Total		14,28	14,28	14,28	14,28	12,92	12,75	12,01	11,87	12,24
	Urbano		11,15	10,71	10,69	10,99	9,62	9,62	8,99	9,34	9,84
	Rural		23,36	23,36	23,36	23,36	22,63	22,31	21,40	20,09	20,30
Brasil	Total		25,88	27,42	28,75	31,20	31,11	33,64	35,69	37,25	38,08
	Urbano		28,09	29,85	31,19	34,33	34,15	36,56	38,41	39,84	40,23
	Rural		16,19	16,42	17,56	18,76	19,30	21,96	24,03	26,02	28,39
Taxa de frequência à escola ou creche das crianças de 0 a 5 anos	Total		21,17	21,17	21,17	21,17	21,30	23,84	25,07	28,47	28,15
	Urbano		22,86	23,37	23,77	23,93	24,55	26,37	27,76	30,83	29,40
	Rural		14,58	14,58	14,58	14,58	13,31	16,87	17,32	21,02	24,30
Pará	Total		26,74	28,42	27,70	23,75	22,97	25,44	26,27	30,31	30,59
	Urbano		26,74	28,42	27,70	26,90	26,46	27,80	30,12	32,99	30,79
	Rural		17,38	17,38	17,38	17,38	16,16	20,15	17,19	23,64	30,11

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Taxa de frequência líquida à escola – ensino fundamental (6 a 14 anos)	Brasil	Total	85,16	85,74	86,03	86,37	86,89	87,71	89,41	90,07	91,09
		Urbano	85,54	85,98	86,38	86,68	87,22	87,96	89,58	90,28	91,28
		Rural	83,51	84,67	84,50	85,13	85,64	86,69	88,70	89,18	90,25
	Norte	Total	84,24	84,38	84,21	84,41	85,36	86,63	87,86	87,99	88,85
		Urbano	84,24	84,38	84,21	85,11	85,77	86,78	88,44	87,75	89,11
		Rural				82,71	84,29	86,24	86,17	88,75	88,09
	Pará	Total	84,23	84,54	83,88	82,95	83,87	85,01	86,86	87,00	87,22
		Urbano				83,38	84,77	84,87	88,22	86,59	87,84
		Rural				82,09	81,97	85,33	83,48	88,09	85,69
Taxa de frequência líquida à escola – ensino médio (15 a 17 anos)	Brasil	Total	36,86	40,00	43,03	44,26	45,22	47,00	47,89	50,44	50,96
		Urbano	41,13	44,57	47,48	49,32	50,29	51,79	52,06	54,36	54,40
		Rural	17,01	18,51	21,68	22,02	24,58	26,78	30,60	33,31	35,69
	Norte	Total	26,75	29,38	32,01	27,61	30,82	34,85	36,23	39,74	39,13
		Urbano				32,59	35,74	40,96	40,42	43,61	42,48
		Rural				13,31	16,24	17,17	22,96	27,51	27,59
	Pará	Total	22,19	23,51	26,74	22,33	25,01	28,02	32,78	35,06	31,71
		Urbano				27,62	29,23	33,51	36,45	38,58	35,55
		Rural				8,95	14,13	13,92	22,73	24,87	20,37
Proporção de jovens que frequentam a universidade ou estão formados (18 a 24 anos)	Brasil	Total	10,24	11,19	12,14	12,35	13,13	14,58	15,46	16,19	17,51
		Urbano	11,72	12,81	13,90	14,40	15,20	16,80	17,68	18,39	19,68
		Rural	1,55	1,84	1,84	1,84	2,51	2,65	3,56	3,90	4,98
	Norte	Total	5,73	7,31	7,10	6,38	7,77	8,68	10,33	11,24	12,69
		Urbano				8,02	9,55	10,58	12,44	13,31	14,65
		Rural				1,20	1,41	1,52	2,43	2,74	4,03
	Pará	Total	5,51	6,28	5,36	5,01	6,34	6,26	7,21	8,56	8,52
		Urbano				6,46	8,07	7,71	9,01	10,53	10,14
		Rural				1,36	1,28	1,45	2,01	2,21	2,71

Fonte: PNADs 2001-2009/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

TABELA 7
Indicadores de saneamento e habitação

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	81,40	82,69	83,27	83,31	83,73	85,21	86,12	86,98	87,72
		Urbano	87,71	88,52	88,77	89,46	89,73	90,86	91,23	91,61	92,00
		Rural	48,53	51,79	53,82	53,32	54,94	57,22	60,48	63,10	65,31
Abastecimen- to adequado de água		Total				53,41	54,58	57,97	57,93	60,20	62,05
	Norte		56,25	56,82	57,54	59,65	60,04	63,05	63,32	63,93	65,20
	Pará		46,28	47,08	46,99	35,70	38,30	41,79	39,89	47,05	50,92
Brasil		Total				41,97	42,80	45,65	47,96	48,87	52,00
	Urbano				46,99	47,20	47,66	50,15	52,92	51,54	54,60
	Rural				29,06	30,20	33,34	33,73	40,81	40,81	44,18
Brasil		Total	95,51	96,26	96,62	96,34	96,68	97,30	98,00	98,45	98,82
	Urbano	99,21	99,42	99,53	99,60	99,64	99,64	99,72	99,83	99,84	99,87
	Rural	76,24	79,48	81,02	80,46	82,53	85,27	88,83	88,83	91,24	93,29
Acesso à energia elétrica		Total				88,83	89,84	91,31	93,97	94,61	95,96
	Norte	98,49	98,64	98,87	98,89	99,07	99,28	99,28	99,76	99,75	99,82
	Pará				60,26	62,33	65,92	65,92	74,61	76,50	82,31
Brasil		Total				87,23	88,09	90,04	92,86	94,09	95,06
	Urbano	98,27	98,35	98,84	98,45	98,83	99,34	99,34	99,89	99,78	99,80
	Rural				59,49	60,28	64,65	64,65	72,65	76,89	80,77
Brasil		Total	58,47	59,35	59,70	59,37	59,38	60,10	61,99	62,21	62,01
	Urbano	63,15	64,00	64,47	64,53	64,76	64,76	65,20	67,01	67,14	66,89
	Rural	21,50	23,75	24,25	25,21	24,95	26,89	26,89	30,20	30,51	30,83
Esgotamento sanitário adequado		Total				14,63	13,71	15,06	20,14	22,28	18,96
	Norte	13,27	12,75	12,60	11,73	10,83	12,37	12,37	18,52	18,31	16,41
	Pará				25,00	24,52	25,51	25,51	26,90	39,50	30,13
Brasil		Total				14,60	16,29	17,54	15,12	18,96	18,08
	Urbano	16,20	14,54	15,60	11,51	12,76	13,87	13,87	11,56	13,37	13,02
	Rural				23,71	27,15	29,37	29,37	27,77	39,14	35,93

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	Total		81,49	82,97	83,89	82,81	83,83	84,94	85,83	86,63	87,59
	Urbano		94,29	95,34	95,98	95,70	96,60	97,12	97,59	97,84	98,27
	Rural		14,85	17,38	19,09	20,04	22,56	24,55	26,82	28,78	31,65
Coleta de lixo	Total		69,58	72,63	75,38	78,34	81,90	84,94	88,54	92,78	97,03
	Urbano		84,26	87,55	87,97	88,54	90,89	92,78	94,80	95,15	97,03
	Rural					15,77	18,21	19,93	23,33	24,80	28,47
Pará	Total		80,21	85,55	86,28	85,19	89,37	93,40	95,19	94,68	96,52
	Urbano					20,35	23,54	26,80	30,40	28,91	34,89
	Rural		36,07	37,68	39,09	39,01	39,42	40,76	43,08	43,93	44,22
Brasil	Total		42,24	43,89	45,30	45,76	46,26	47,48	49,81	50,54	50,58
	Urbano		4,01	4,83	5,89	6,19	6,67	7,46	9,37	9,88	10,94
	Rural										
Proporção de domicílios adequados	Total		5,53	5,85	6,23	5,94	5,19	6,17	9,16	9,92	8,60
	Urbano		6,24	5,85	6,23	5,94	5,39	6,54	10,05	10,38	8,63
	Rural					4,36	4,62	5,01	6,21	8,30	8,47
Pará	Total		5,78	6,87	7,64	5,78	5,70	6,46	6,63	7,84	7,90
	Urbano		7,40	6,87	7,64	5,63	5,78	7,00	6,16	7,25	6,85
	Rural					6,16	5,47	4,99	7,95	9,60	11,05

Fonte: PNADs 2001-2009/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

TABELA 8
Indicadores de cultura

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	Total		8,31	10,10	11,17	11,92	13,49	16,77	20,31	24,51	28,14
	Urbano		9,84	11,92	13,13	14,20	16,08	19,87	23,92	28,60	32,70
	Rural		0,39	0,45	0,66	0,77	1,06	1,36	2,22	3,41	4,25
Acesso à internet no domicílio	Total		3,86	4,36	5,90	8,05	10,45	13,00	16,06	21,8	28,14
	Urbano		3,80	4,55	4,68	5,13	5,66	7,58	10,26	12,97	16,06
	Rural		0,24	0,47	0,57	0,67	0,77	0,86	1,06	1,36	1,60
Pará	Total		3,16	3,54	4,42	6,02	8,12	10,12	12,75	16,06	21,8
	Urbano		3,36	4,50	4,11	4,67	5,75	7,81	10,12	12,75	16,06
	Rural		0,40	0,63	0,80	0,90	1,06	1,36	1,60	1,96	2,40
Brasil	Total		12,46	14,05	15,10	16,17	18,42	22,17	27,07	32,26	36,00
	Urbano		14,63	16,41	17,60	19,08	21,71	26,00	31,45	37,04	41,23
	Rural		1,16	1,53	1,71	1,98	2,68	3,20	5,10	7,57	8,60
Existência de computador no domicílio	Total		6,49	8,01	9,82	13,62	17,59	20,62	24,90	29,96	34,96
	Urbano		6,44	7,49	7,39	8,53	10,14	12,40	16,81	21,23	24,90
	Rural		0,70	1,65	1,61	2,98	4,74	7,57	12,75	16,06	21,8
Pará	Total		5,57	7,12	8,33	10,68	14,88	19,96	24,90	29,96	34,96
	Urbano		5,82	6,62	6,44	7,37	8,97	10,60	13,05	17,94	19,96
	Rural		1,12	2,31	2,10	3,88	5,62	8,33	10,68	14,88	19,96
Brasil	Total		50,20	51,69	49,74	47,57	46,72	45,47	44,21	43,57	42,34
	Urbano		58,52	59,83	57,42	55,60	54,69	52,83	51,26	50,27	48,77
	Rural		6,86	8,52	8,60	8,46	8,48	8,99	8,86	8,98	8,68
Existência de telefone fixo no domicílio	Total		28,58	27,69	25,97	24,61	23,91	22,99	22,99	22,99	22,99
	Urbano		46,28	41,07	38,00	36,85	35,51	32,68	30,88	29,50	28,37
	Rural		5,12	4,38	4,57	4,38	4,38	4,57	4,20	4,20	3,95
Pará	Total		23,04	23,30	21,36	20,78	20,09	18,70	18,70	18,70	18,70
	Urbano		38,66	33,22	29,29	30,30	30,88	27,68	26,75	25,54	23,88
	Rural		5,10	3,66	4,10	3,63	3,63	4,10	3,63	3,64	3,10

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Existência de telefone celular no domicílio	Brasil	Total	30,98	34,62	38,70	48,39	60,78	65,28	69,54	78,15	81,05
		Urbano	35,07	38,75	43,08	54,21	67,49	71,54	75,54	83,61	86,12
		Rural	9,71	12,69	15,30	20,03	28,58	34,25	39,44	49,94	54,49
Existência de rádio no domicílio	Norte	Total	26,91	30,17	35,64	37,18	47,83	55,54	59,92	70,71	73,89
		Urbano				45,67	57,48	64,74	69,45	79,79	82,75
		Rural				13,07	19,07	26,24	28,08	38,69	42,58
Existência de televisão no domicílio	Pará	Total	25,25	27,70	33,65	34,82	46,99	54,40	56,48	70,50	73,09
		Urbano				43,20	56,81	63,05	65,63	79,51	81,86
		Rural				14,11	21,56	30,77	30,20	43,29	46,66
Existência de televisão no domicílio	Brasil	Total	89,24	90,27	90,51	90,47	91,53	93,35	94,94	95,78	96,26
		Urbano	93,89	94,38	94,45	94,83	95,81	96,77	97,64	97,95	98,09
		Rural	65,03	68,51	69,39	69,25	71,00	76,40	81,35	84,61	86,69
Existência de televisão no domicílio	Norte	Total	89,24	89,81	90,51	80,24	82,53	85,56	89,67	91,13	91,83
		Urbano				90,97	93,12	94,48	95,87	96,98	96,72
		Rural				49,75	50,96	57,16	68,95	70,48	74,54
Existência de rádio no domicílio	Pará	Total	88,58	88,66	89,68	78,35	80,05	83,28	87,72	90,02	91,03
		Urbano				89,40	92,00	93,59	95,10	96,64	96,31
		Rural				51,03	49,09	55,13	66,54	70,04	75,11
Existência de rádio no domicílio	Brasil	Total	88,31	88,14	88,04	87,98	88,28	88,04	88,34	89,16	88,12
		Urbano	89,33	89,21	88,84	89,31	89,56	89,18	89,27	90,19	89,25
		Rural	82,96	82,44	83,75	81,53	82,11	82,40	83,66	83,86	82,18
Existência de rádio no domicílio	Norte	Total	76,18	74,29	74,04	73,59	74,98	74,98	73,80	76,67	76,37
		Urbano				76,59	77,73	77,06	75,35	78,67	78,35
		Rural				65,06	66,80	68,35	68,64	69,61	69,38
Existência de rádio no domicílio	Pará	Total	73,68	71,70	72,75	70,10	74,13	71,80	71,92	75,33	75,60
		Urbano				72,24	76,69	74,17	73,33	77,64	77,18
		Rural				64,80	67,50	65,33	67,87	68,37	70,81

Fonte: PNADs 2001-2009/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

ANEXO 2

Glossário de indicadores – informações por estados

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- Para construção dos indicadores, foram utilizadas as fontes Ripsa/MS e PNAD/IBGE.
- Todos os indicadores com fonte PNAD/IBGE foram elaborados para a população residente em domicílios particulares permanentes.
- O critério utilizado para a classificação da população em urbana e rural para indicadores com fonte PNAD/IBGE é o mesmo para a classificação da situação do domicílio. Como situação urbana, consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites.
- Pessoas ocupadas: foram classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte desse período ou que não exerceram o trabalho remunerado que tinham na semana de referência por motivo de férias, licença, greve etc.
- Pessoas desocupadas: foram classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho nesse período.
- PEA: as pessoas economicamente ativas na semana de referência compuseram-se das pessoas ocupadas e desocupadas nesse período.
- População não economicamente ativa: as pessoas não economicamente ativas na semana de referência compuseram-se das pessoas que não foram classificadas como ocupadas nem como desocupadas nesse período.

DEMOGRAFIA

População residente – PNAD/IBGE

Total de pessoas que tem a unidade domiciliar como local de residência habitual e estão presentes na data da entrevista, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

Taxa de fecundidade – Ripsa/MS

Número médio de filhos nascidos vivos, tidos por mulher ao fim do seu período reprodutivo, em determinado espaço geográfico.

A taxa é estimada para um ano no calendário determinado, a partir de informações retrospectivas obtidas em censos e inquéritos demográficos.

Método de cálculo:

- A taxa de fecundidade total é obtida pelo somatório das taxas específicas de fecundidade para cada idade das mulheres residentes de 15 a 49 anos.
- As taxas específicas de fecundidade expressam o número de filhos nascidos vivos tidos por mulher, por ano das faixas etárias de 15-19, 20-24, 25-29, 30-34, 35-39, 40-44 e 45-49 anos. Essas taxas são estimadas por meio de metodologias demográficas sofisticadas, geralmente aplicadas a dados censitários e a pesquisas domiciliares.

Podem-se encontrar mais informações no *link*: <<http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/record.php?node=a.5&lang=pt&version=ed4>>.

Razão de dependência demográfica – jovens (0 a 15 anos) – PNAD/IBGE

Razão entre o total de pessoas com 0 a 15 anos de idade e o total de pessoas com 16 anos ou mais de idade.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 0 a 15 anos de idade}}{\text{População de 16 anos ou mais de idade}} \times 100$$

Razão de dependência demográfica – idosos (60 anos ou mais) – PNAD/IBGE

Razão entre o total de pessoas com 60 anos ou mais de idade e o total de pessoas com 16 anos ou mais de idade.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 60 anos ou mais de idade}}{\text{População de 16 anos ou mais de idade}} \times 100$$

Saldo migratório – PNAD/IBGE

É o saldo entre imigrantes (número de pessoas que entrou) e emigrantes (número de pessoas que saiu) de uma determinada unidade geográfica nos últimos cinco anos.

Método de cálculo:

$$\text{Saldo} = \text{imigrantes} - \text{emigrantes}$$

PREVIDÊNCIA E SEGURIDADE

Cobertura da população idosa – PNAD/IBGE

Proporção (em porcentagem) de idosos com 60 anos ou mais de idade que recebem aposentadoria e/ou pensão de instituto de previdência federal (Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), estadual ou municipal ou do governo federal na semana de referência. Para se obter esse dado de cobertura, elimina-se a dupla contagem naqueles casos em que a mesma pessoa recebe aposentadoria e pensão.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 60 anos ou mais de idade que recebe aposentadoria e/ou pensão}}{\text{População de 60 anos ou mais de idade}} \times 100$$

Proporção de contribuintes na população economicamente ativa – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas economicamente ativas que contribuem para a previdência.

São consideradas as pessoas de 16 anos ou mais que fazem contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho na semana de referência, empregados com carteira de trabalho assinada, militares, funcionários públicos estatutários, trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada, além de pessoas que possuíam trabalho secundário da semana de referência, como militar do Exército, da Marinha de Guerra ou da Aeronáutica, funcionários públicos estatutários ou que tinham carteira de trabalho assinada nesse trabalho secundário.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{PEA que contribui para previdência}}{\text{PEA}} \times 100$$

Esperança de vida aos 60 anos – PNAD/IBGE

Número médio de anos adicionais de vida que se espera para um sobrevivente de 60 anos, mantido o padrão de mortalidade existente, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Método de cálculo: a partir de tábuas de vida elaboradas para cada área geográfica, com base no método atuarial, toma-se o número de indivíduos de uma geração inicial de nascimentos que completou 60 anos de idade (l_{60}). Determina-se, a seguir, o tempo cumulativo vivido por essa mesma geração, desde os 60 anos até a idade limite (T_{60}). A esperança de vida ao nascer é o quociente da divisão de T_{60} por l_{60} .

Podem-se encontrar mais informações no *link*: <<http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/record.php?node=a.12&lang=pt&version=ed4>>.

Percentual das transferências na renda – PNAD/IBGE

Percentual do rendimento de todas as fontes provenientes de programas de transferência de renda. Fazem parte dos programas de transferência de renda: rendimento de aposentadoria de instituto de previdência ou do governo federal, rendimento de pensão de instituto de previdência ou do governo federal, rendimento de abono de permanência – e juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos –, que recebia, normalmente, no mês de referência.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{Soma do rendimento proveniente de programas de transferência de renda}}{\text{Soma do rendimento de todas as fontes}} \times 100$$

POBREZA E DESIGUALDADE

Extrema pobreza – PNAD/IBGE

A pobreza é vista como uma condição de insuficiência de renda. Para o cálculo desse indicador, utilizou-se a renda domiciliar *per capita* como referência para a aferição de pobreza na população brasileira. Definiu-se como extremamente pobre a população com renda domiciliar *per capita* (RDPC) abaixo de R\$ 67,07 em 2009, calculando-se assim o percentual de pessoas que vivem nesta situação. Os valores foram deflacionados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) e estão apresentados a preços de 2009.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População extremamente pobre}}{\text{População total}} \times 100$$

Renda domiciliar *per capita* – PNAD/IBGE

É a soma dos rendimentos de todas as fontes de todos os moradores do domicílio dividida pelo número de moradores do domicílio. Os pensionistas – locatários de cômodos ou vagas em domicílios –, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos são excluídos do cálculo.

Para o cálculo da renda média de acordo com categorias selecionadas, é feita média das rendas domiciliares *per capita* das pessoas residentes nas categorias selecionadas.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{Soma das rendas domiciliares } per\ capita}{\text{População total}}$$

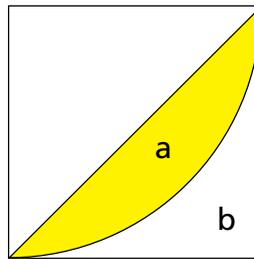
em que a renda domiciliar *per capita* é:

$$\frac{\text{Soma da renda dos moradores de determinado domicílio}}{\text{Número de moradores no domicílio}}$$

Índice de Gini – PNAD/IBGE

É comumente utilizado para calcular a desigualdade na distribuição de rendimento, mas pode ser usado para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, em que 0 corresponde à completa igualdade de rendimento (em que todos têm o mesmo rendimento) e 1 corresponde à completa desigualdade (em que uma pessoa tem todo o rendimento, e as demais nada têm). O Índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100).

Calcula-se o Coeficiente de Gini como uma razão das áreas no diagrama da curva de Lorenz. Se a área entre a linha de perfeita igualdade e a curva de Lorenz é a , e a área abaixo da curva de Lorenz é b , então o Coeficiente de Gini é $a/(a+b)$. Esta razão se expressa como porcentagem ou como equivalente numérico dessa porcentagem, que é sempre um número entre 0 e 1.



O Coeficiente de Gini pode ser calculado com a fórmula de Brown, que é mais prática:

$$G = \left| 1 - \sum_{K=0}^{K=n-1} (X_{K+1} - X_K) (Y_{K+1} - Y_K) \right|$$

em que:

G = Coeficiente de Gini

X = proporção acumulada da variável “população”

Y = proporção acumulada da variável “renda”

Se existe perfeita igualdade, então todos têm a mesma renda e pode-se escolher quaisquer dois indivíduos para colocar na fórmula que dará o mesmo resultado. Escolhendo-se o primeiro e o último indivíduo, então $(X_{k+1} - X_k = 1)$ e $(Y_{k+1} - Y_k = 1)$, e G fica igual a 0. No caso de desigualdade máxima, apenas um indivíduo detém toda a renda do país, quaisquer indivíduos escolhidos dará $(Y_{k+1} - Y_k = 0)$, e G fica igual a 1. Esta soma é, então, sempre um número entre 0 e 1.

SAÚDE

Taxa de mortalidade infantil – Ripsa/MS

Número de óbitos de menores de 1 ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Método de cálculo:

Direto:

$$\frac{\text{Número de óbitos de residentes com menos de 1 ano de idade}}{\text{Número de nascidos vivos de mães residentes}} \times 1.000$$

Indireto: estimativa por técnicas demográficas especiais. Os dados provenientes desse método têm sido adotados para os estados que apresentam cobertura do Sinasc inferior a 90% ou que não atingem o valor de 80% de um índice composto, especialmente criado, que combina a cobertura de óbitos infantis com a regularidade do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Podem-se encontrar mais informações no *link*: <<http://www.ripsa.org.br/fichas/IDB/record.php?node=c.1&lang=pt&version=ed4>>.

Taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos) – Ripsa/MS

A taxa de homicídio masculina faz parte da taxa de mortalidade específica por causas externas, que é o número de óbitos por causas externas, no caso, homicídios, por 100 mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{Número de óbitos de homens jovens por homicídios}}{\text{População de homens jovens ajustada ao meio do ano}} \times 1.000$$

Podem-se encontrar mais informações no *link*: <<http://www.ripsa.org.br/fichas/IDB/record.php?node=c.9&lang=pt&version=ed4>>.

TRABALHO E RENDA

Taxa de desemprego – PNAD/IBGE

Percentual da população residente economicamente ativa que se encontra sem trabalho na semana de referência.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População desocupada de 16 anos ou mais}}{\text{PEA de 16 anos ou mais}} \times 100$$

Rendimento médio do trabalho – PNAD/IBGE

É a média do rendimento mensal de todos os trabalhos para pessoas de 16 anos ou mais de idade. Consideraram-se apenas os ocupados com renda maior do que zero.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{Soma do rendimento mensal de todos os trabalhos da população de 16 anos ou mais}}{\text{População ocupada de 16 anos ou mais, com rendimento maior do que zero}}$$

Taxa de participação – PNAD/IBGE

É o percentual das pessoas economicamente ativas em relação ao total de pessoas.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{PEA de 16 anos ou mais}}{\text{População de 16 anos ou mais}} \times 100$$

EDUCAÇÃO

Média de anos de estudos – PNAD/IBGE

A média de anos de estudos fornece a média de séries concluídas com aprovação por uma determinada população.

Os anos de estudos, ou grau de instrução, foram obtidos a partir da série e do grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado, considerando a última série concluída com aprovação. Cada série concluída com aprovação está relacionada a um ano de estudo.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{Soma dos anos de estudo da população de 15 anos ou mais}}{\text{População de 15 anos ou mais}}$$

Taxa de analfabetismo – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas analfabetas, ou seja, que não sabem ler e escrever. Considerou-se como alfabetizada a pessoa de 15 anos ou mais de idade capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População que não sabe ler e escrever de 15 anos ou mais}}{\text{População de 15 anos ou mais}} \times 100$$

Taxa de frequência à escola ou creche das crianças de 0 a 5 anos – PNAD/IBGE

Identifica a parcela da população na faixa etária de 0 a 5 anos que frequenta escola ou creche.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 0 a 5 anos que frequenta escola ou creche}}{\text{População de 0 a 5 anos}} \times 100$$

Taxa de frequência líquida à escola – ensino fundamental (6 a 14 anos) – PNAD/IBGE

Identifica a parcela da população na faixa etária de 6 a 14 anos que está no nível de ensino adequado a essa faixa etária, ou seja, ensino fundamental.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 6 a 14 anos que frequenta o ensino fundamental}}{\text{População de 6 a 14 anos}} \times 100$$

Taxa de frequência líquida à escola – ensino médio (15 a 17 anos) – PNAD/IBGE

Identifica a parcela da população na faixa etária de 15 a 17 anos que está no nível de ensino adequado a essa faixa etária, ou seja, ensino médio.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio}}{\text{População de 15 a 17 anos}} \times 100$$

Proporção de jovens que frequentam a universidade ou estão formados (18 a 24 anos) – PNAD/IBGE

Identifica a parcela da população na faixa etária de 18 a 24 anos que frequenta a universidade ou já está formada.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu ensino superior, ou frequenta ou já frequentou mestrado ou doutorado}}{\text{População de 18 a 24 anos}} \times 100$$

SANEAMENTO E HABITAÇÃO

Abastecimento adequado de água – PNAD/IBGE

Proporção da população residente em domicílios com abastecimento adequado de água.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios em que a proveniência da água é de rede geral de distribuição para área urbana, ou de rede geral, poço ou nascente para área rural}}{\text{População total}} \times 100$$

Acesso à energia elétrica – PNAD/IBGE

Proporção da população residente em domicílios com acesso à energia elétrica.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios cuja forma de iluminação é elétrica}}{\text{População total}} \times 100$$

Esgotamento sanitário adequado – PNAD/IBGE

Proporção da população residente em domicílios cobertos com serviços de esgotamento sanitário adequados.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios servidos por rede coletora ou fossa séptica ligada a rede coletora para área urbana, ou servidos por rede coletora, fossa séptica ligada a rede coletora ou fossa séptica não ligada a rede coletora para área rural}}{\text{População total}} \times 100$$

Coleta de lixo – PNAD/IBGE

Proporção da população residente em domicílios atendidos por serviços adequados de coleta de lixo.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente atendida, direta ou indiretamente, por serviço regular de coleta de lixo no domicílio}}{\text{População total}} \times 100$$

Domicílios adequados – PNAD/IBGE

Proporção da população residente em domicílios considerados adequados.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo adequados, e que têm até dois moradores por dormitório}}{\text{População total}} \times 100$$

CULTURA

Acesso à internet no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios com acesso à internet.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com acesso à internet}}{\text{População total}} \times 100$$

Existência de computador no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios com computador.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com computador}}{\text{População total}} \times 100$$

Existência de telefone fixo no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios com telefone fixo.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com telefone fixo}}{\text{População total}} \times 100$$

Existência de telefone celular no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios em que pelo menos um morador possui celular.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com celular}}{\text{População total}} \times 100$$

Existência de televisão no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios com televisão.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com televisão}}{\text{População total}} \times 100$$

Existência de rádio no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios com rádio.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com rádio}}{\text{População total}} \times 100$$

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Njobs Comunicação

Supervisão

Cida Taboza

Inara Vieira

Thayse Lamera

Revisão

Ângela de Oliveira

Cristiana de Sousa da Silva

Lizandra Deusdarã Felipe

Regina Marta de Aguiar

Editoração

Larita Arêa

Capa

Jonatas Bonach

Projeto gráfico

Anderson Reis

Jonatas Bonach

Livraria do Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Tiragem: 500 exemplares

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.